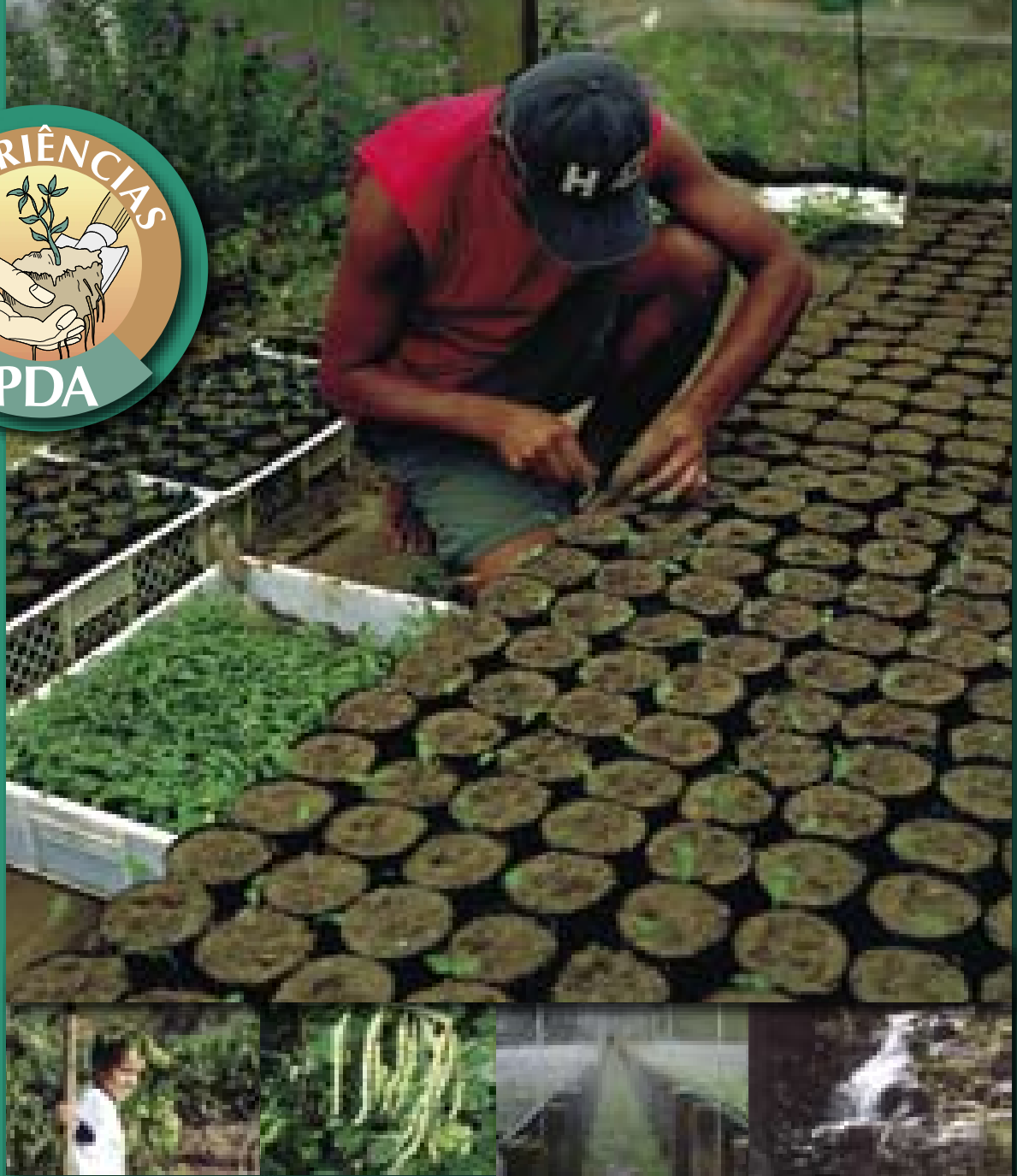




Nº 4
Maio de 2004



Estudos da Mata Atlântica

Avaliação de doze projetos PDA



Programa Piloto
para Proteção
das Florestas
Tropicais do Brasil



Estudos da Mata Atlântica: Avaliação de doze projetos PDA

Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA

Secretário-Técnico: Jorg Zimmermann

Secretária-Técnica Adjunta: Anna Cecília Cortines

Equipe Técnica Atual: Alice Guimarães, Demóstenes de Moraes, Elmar Castro, Klinton Senra, Luciana Silva e Paulo Spyer

Equipe Financeira: Allyson Duarte, Cláudia Alves, Francisca Kalidaza e Nilson Nogueira

Equipe Administrativa: Eduardo Ganzer, Lorena Reis, Lúcia Amaral e Neide Castro

Perito da GTZ: Denise Lima Pufal e Monika Grossmann

Cooperação Financeira: República Federal da Alemanha – KfW, União Européia – CEC, Rain Forest Trust Fund – RFT, Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial – FFEM

Cooperação Técnica: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Projeto BRA/03/009 Agência Alemã de Cooperação Técnica, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH

Agente Financeiro : Banco do Brasil

Esta publicação é produto de estudo realizado pelo Subprograma Projetos Demonstrativos nos meses de agosto e setembro de 2002 a partir de visitas de avaliação a vinte projetos desenvolvidos na Mata Atlântica.

Equipe de avaliação: Aloysio Junior (SBF/MMA), Bernardo Pires (SBF/MMA), Demóstenes de Moraes (PDA), Gilberto Nagata (PDA), Jorge Henrique Maritzen (SBF/MMA), Mara Vanessa Dutra (PDA), Mauro Pires (SCA/MMA), Miriam Prochnow (SBF/MMA), Ricardo Russo (PDA), Ricardo Verdum (PDA), Thomas Fatheuer (GTZ)

Elaboração de texto: Mara Vanessa Dutra

Copy desk e revisão de texto: Márcia Lage e Tereza Moreira

Projeto Gráfico: Luiz Daré

Fotos: Acervo Avidepa, Acervo PDA, Ricardo Russo, Mauro Pires, Miriam Prochnow, Wigold Schäffer



ISBN 85-87166-62-X

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Subprograma Projetos Demonstrativos.

Estudos da Mata Atlântica: avaliação de doze projetos PDA / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Coordenação da Amazônia, Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Subprograma Projetos Demonstrativos. -- Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
80 p.

1. Mata Atlântica - estudos. 2. I. Título. II. Título: avaliação de doze projetos PDA.

CDU 504.06(81:210.5)

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração *Luís Eduardo Magalhães* – CID Ambiental
Esplanada dos Ministérios – Bloco B – térreo - 70068-900 - Brasília - DF

Tel.: 55 61 317 1235 - Fax: 55 61 224 5222 - e-mail: cid@mma.gov.br

Sumário

Fazendo e aprendendo	5
Introdução	6
Projetos Estudados	9
Atividades Principais e Cumprimento de Meta	22
1. Êxito e Insucesso: Na pista dos fatores determinantes	24
2. Dificuldades e Tropeços: Enfrentamentos necessários	32
3. Economia, Meio Ambiente e Qualidade de Vida: Benefícios concretos	37
4. Políticas Públicas: Potencialidades para provocar mudanças	49
5. Gênero: A busca de equilíbrio entre homens e mulheres	53
6. Na Boca do Povo: Estratégias de reflexão e difusão de processos e resultados	56
7. Pensando para a Frente: A sustentabilidade de processos e resultados	59
8. Aprender Encurta o Caminho: Lições	65
Anexo: Roteiro para apresentação do relatório	73



Fazendo e Aprendendo

Doze projetos financiados pelo PDA, doze histórias de comunidades que lutam para melhorar sua qualidade de vida, mudando o meio em que vivem. Comunidades que já entenderam a importância da preservação ambiental para o futuro de seus filhos e de uma parte linda deste Brasil que quase foi destruída um dia: a Mata Atlântica.

O que deu certo e o que deu errado nesses doze projetos? Como eles poderão sobreviver após o fim dos contratos? Que ações devem ser implementadas para que as comunidades se organizem cada vez mais em torno de objetivos comuns? Que lições o PDA, as instituições executoras desses projetos, os governos e as próprias comunidades podem tirar dessas doze experiências?



São respostas para essas questões que essa publicação pretende apresentar, mostrando que onde há organização, união, vontade política e sonho de mudança, o futuro acontece. Não como um prêmio de loteria, mas pelo esforço e abnegação dos que acreditam num mundo melhor, arregaçam as mangas e tratam de construí-lo. Errando e acertando, mas fazendo. Que os erros aqui apresentados sirvam de obstáculos a serem transpostos. E que os acertos sirvam de exemplo.

Introdução

Este estudo foi realizado em 2002, no contexto de elaboração do novo componente do PDA voltado exclusivamente para a Mata Atlântica. Seu objetivo imediato era oferecer subsídios à Missão de Avaliação desse novo componente pelos financiadores, realizada em setembro de 2002. A proposta do estudo é verificar lições, impactos e resultados já alcançados e tentar responder a uma questão básica: vale a pena seguir? Para sua realização, decidiu-se por uma avaliação de campo de doze projetos, em diferentes regiões da Mata Atlântica, realizada em agosto de 2002. Os dados apresentados nesta publicação referem-se, portanto, à data de realização dos trabalhos em campo.

A avaliação dos doze projetos mostra que valeu a pena investir. Os benefícios que permanecem para as comunidades, famílias e para o meio ambiente são evidentes. Nas lições aprendidas fica claro também que, embora haja alguns erros, os acertos são maiores. E podem inspirar um novo jeito de conviver com a Mata Atlântica, um bioma que em apenas cinco séculos perdeu cerca de 93% da sua área cobertura original e



sofreu incontáveis baixas em sua rica biodiversidade.

Embora tenham caráter demonstrativo, os projetos são, para as comunidades e famílias envolvidas, a maneira de resolver um problema, não um “piloto”. Quando todos se apropriam da proposta, ela passa a ser a um novo jeito de enfrentar a realidade. O projeto é seu cotidiano, sua vida real. O caráter demonstrativo pode ficar mais ou menos evidente na maneira como aquela realidade em transformação é utilizada – para experimentos feitos pelos produtores envolvidos, para demonstração concreta a novos interessados... O mais importante, porém, é que o impulso vital dos projetos vem de sua ca-



pacidade de resolver os problemas que os produtores estão vivendo, e isso vai além do caráter demonstrativo. Isso é o real.

Contexto e metodologia

Foram selecionados doze projetos em distintas áreas da Mata Atlântica (da Bahia ao Rio Grande do Sul), do universo de 44 iniciativas apoiadas pelo PDA ao longo de oito anos. A seleção desses projetos procurou oferecer uma amostra representativa de recuperação da Mata Atlântica, lidando com ecossistemas e públicos bastante diversificados.

A avaliação considerou um leque de atividades que, em seu conjunto, propõem novos modelos de uso e conservação do

bioma, como manejo de florestas secundárias, recuperação de ecossistemas costeiros, recuperação de áreas degradadas por meio de SAFs, ampliação de áreas protegidas em torno das unidades de conservação e recuperação de mananciais, entre outras. Projetos propostos por extratos bastante diversificados da população: quilombolas, pescadores artesanais, produtores familiares, moradores de zonas urbanas.

Abrange, portanto, um amplo universo de interação com o meio ambiente – compondo um panorama ambiental, cultural e social bastante diversificado. Alguns projetos situam-se em áreas que ainda mantêm razoável cobertura florestal, outros em regiões mais desmatadas e outros ainda em ambientes altamente degradados. Também foram consideradas possíveis vinculações temáticas com as novas linhas propostas para o componente.

A metodologia utilizada foi a de visita a campo, precedida de análise de documentos (relatórios e outros documentos de projeto). Cada uma dessas iniciativas foi visitada por uma dupla de avaliadores. As duplas foram formadas por uma pessoa da equipe do PDA e outra da Secretaria de Biodiversidade e Florestas ou da Coordenação de Agroextrativismo, do MMA. Cada uma das cinco duplas visitou dois ou mais projetos, de acordo com roteiro estabelecido em reunião de planejamento.

Instrumentos

Para subsidiar o trabalho em campo foi elaborado um detalhado roteiro de avaliação (em anexo). Esse roteiro foi discutido com toda a equipe de avaliadores, e enviado antecipadamente a todos os projetos

visitados. Como guia para a observação dos avaliadores, o roteiro previa questões relacionadas ao desempenho do projeto e questões dirigidas ao impacto da execução. Havia questões mais diretas e questões mais abertas. Não era um questionário, mas um guia para orientar o olhar dos avaliadores, buscando valorizar, além dos dados objetivamente verificáveis, aspectos mais subjetivos, relacionados à opinião dos envolvidos, tanto beneficiários como executores e parceiros. Procurou-se observar os projetos em seu contexto, entendendo que essas iniciativas fazem parte, na maioria das vezes, de processos mais amplos, cuja história começa antes e continua depois da execução do projeto financiado pelo PDA.

Entrevistas, conversas informais, visitas às áreas de atuação direta, reuniões e registros fotográficos e em vídeo foram os meios utilizados pelas equipes para recolher as in-

formações. As duplas de avaliadores procuraram criar situações participativas envolvendo executores e beneficiários, parceiros e outras instituições atuando na área.

Na volta do campo, cada dupla de avaliadores elaborou os seu relatórios de avaliação de forma consensual. O resultado dos trabalhos foi debatido em reunião entre a equipe do PDA e os convidados que foram a campo, quando se definiu a forma de sistematização da informação recolhida.

Eixos de sistematização

Foi decidido sistematizar as informações nos seguintes eixos temáticos: fatores que influenciam no êxito dos projetos; principais problemas enfrentados em sua execução; benefícios; políticas públicas; gênero; estratégias de difusão; sustentabilidade; e lições. Cada eixo é objeto de um capítulo deste documento.



Os Doze Projetos Avaliados



N.º	Executor	Municípios
1	Caetã	Elói Medrado e mais 4 municípios do Recôncavo Baiano
2	Instituto Terra	Aimorés
3	Ass. Vila Velha de Proteção Ambiental	Vila Velha
4	CTI	Mongaguá
5	Ass. Quilombo de Inapouranga	Edonóbio
6	Ass. Reserva Extrativista dos Monitores do Barro Branco	Carandaí
7	ASPTA	São Mateus do Sul e Estância
8	DPVS	Antonina, Mimoso e Guaranésia
9	APREMAVI	Atalanta
10	ACERT e MMTH	Teres
11	Centro Ecológico	Teres
12	Fundação Biodiversitas	Simões

Bahia

Recomposição Florestal em Áreas Rurais (Reflorar)



O reflorestamento de áreas de nascentes trouxe de volta a água. Esse tem sido o principal ganho trazido pelo Reflorar, de acordo com os beneficiários.

O Projeto Recomposição Florestal em Áreas Rurais (Reflorar) tem como objetivo a recuperação de áreas degradadas por meio de reflorestamento da Mata Atlântica em cinco municípios do Recôncavo Baiano (Amargosa, Elísio Medrado, Santa Terezinha, São Miguel das Matas e Varzedo). É executado pelo Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) em articulação com os sindicatos de trabalhadores rurais (STR), os quais representam um universo de aproximadamente 20 mil agricultores.

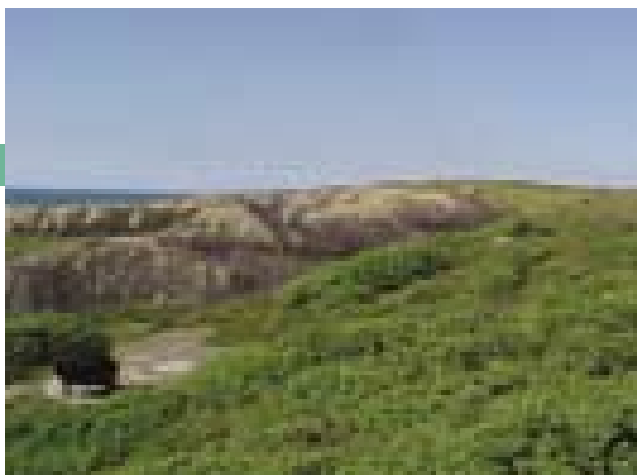
A iniciativa tornou-se referência na região por sua capacidade de propor parcerias, articulando ações conjuntas com Ministério Público, Banco do Nordeste, Polícia Militar, Ongs e com secretarias municipais de educação, visando discutir um modelo de desenvolvimento para a região, com foco na questão ambiental. Um processo que contribuiu para o fortalecimento da organi-

zação social local e para a criação de novas entidades, assim como para o aumento de interlocução com as prefeituras.

As maiores dificuldades encontradas para sua realização relacionam-se com o alto custo de manutenção das áreas plantadas, que são contrapartida dos produtores, e a falta de um banco de sementes para o trabalho de reflorestamento. Porém, a sua execução ajudou a promover mudanças significativas, a principal delas sendo o aumento do volume e da qualidade de água nas áreas reflorestadas; mas também a geração de emprego e de renda e a redução das feiras de animais silvestres na região, do desmatamento e da caça. A consciência da importância do reflorestamento, a partir da questão da água e da lenha, é cada vez maior entre os agricultores participantes do projeto.

Espírito Santo

Conservação e Recuperação de Ecossistemas Costeiros



A consolidação do Parque Estadual Paulo César Vinha e o estado de conservação das ilhas são os principais benefícios deixados pelo projeto.

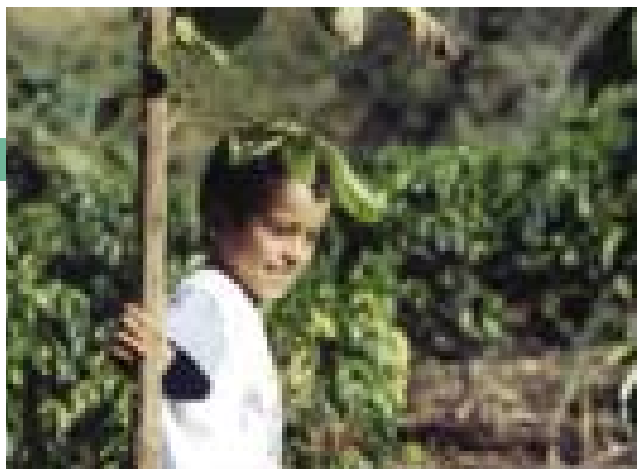
O Projeto Avaliação e Recuperação de Ecossistemas Costeiros, realizado pela Associação Vilavelhense de Proteção Ambiental (Avidepa) nos municípios de Vila Velha e Setiba, no Espírito Santo, teve como foco a recuperação ambiental da restinga na área continental e insular do litoral sul desse estado.

Implementado entre os anos de 1995 e 2000 nas áreas de influência da Área de Preservação Ambiental (APA) de Setiba e do Parque Paulo César Vinha, este projeto foi concebido como possibilidade para a Avidepa trabalhar na difusão da vegetação nativa de restinga, por meio da utilização de tecnologias alternativas para a recuperação das áreas. Representou também a possibilidade, para a população, de um convívio mais próximo e respeitoso com essa vegetação altamente degradada pela extração de areia e pela pressão imobiliária existente nos locais de implantação do projeto.

O viveiro desempenhou papel fundamental na recuperação ambiental e o vínculo do projeto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) favoreceu a criação de uma parceria entre a Avidepa, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a empresa privada responsável pela duplicação da estrada Vila Velha-Guarapari, que margeia o Parque. Porém, mudanças no ambiente político estadual fizeram com que o convênio com a Avidepa terminasse, interrompendo o trabalho. A forma de trabalho da Avidepa, considerada pela equipe de avaliadores como muito isolada e centralizadora, foi apontada como a causa das principais dificuldades enfrentadas pelo projeto. A Avidepa teve problemas para conseguir o envolvimento de outras ONGs, assim como da população, na manutenção dos benefícios e da continuidade das ações do projeto. Portanto, a principal dificuldade do projeto refere-se à continuidade das ações.

Minas Gerais

Desenvolvimento Rural Sustentável e Conservação dos Remanescentes de Mata Atlântica no Entorno da RPPN Mata do Sossego



O maior ganho até o momento foi a redução da mão de obra em 40%, na conversão da monocultura de café para o plantio diversificado.

O Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável e Conservação dos Remanescentes de Mata Atlântica no Entorno da RPPN Mata do Sossego tem como objetivo colaborar na conservação dos remanescentes de Mata Atlântica na região do entorno da RPPN Mata do Sossego, na Zona da Mata de Minas Gerais. Utilizou-se, para isso, a experimentação e a disseminação de práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, levando em consideração o conhecimento da população local, assim como processos de comunicação ambiental.

Executado pela Fundação Biodiversitas no município de Simonésia, o projeto envolveu a difusão de práticas agroecológicas junto às comunidades locais. A Biodiversitas desenvolve vários projetos de manejo de unidades de conservação, sendo que a RPPN da Mata do Sossego teve como gerador da sua criação a proteção do mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*). O projeto, criado a partir desse mote, atinge 167 famílias que desenvolvem práticas adequadas de manejo do solo, tais como cobertura, adubação verde e introdução de elemento arbóreo,

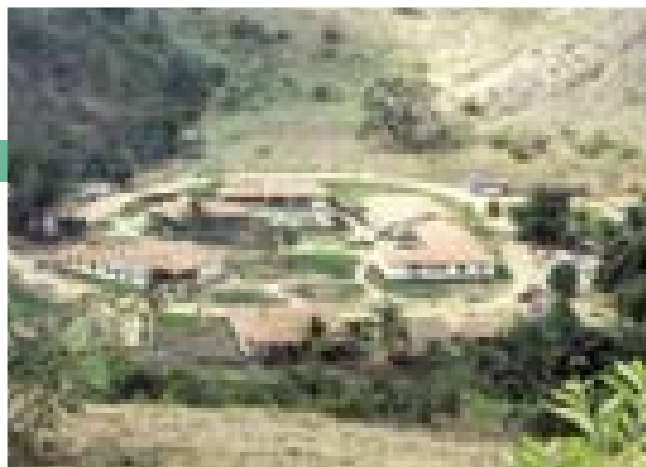
implantadas junto com a cultura do café em 42 unidades demonstrativas.

Para sua implantação, a Fundação formou quatro comissões temáticas, a partir dos resultados do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), o que destaca a exemplar abordagem participativa adotada. As comissões implantadas são: Estradas, Saúde, Educação e Terra Fraca. Esse processo, apesar de louvável, promove um excesso de demandas, às quais a entidade não consegue responder.

Como principal benefício já identificado, os agricultores apontam a diminuição da mão-de-obra nas culturas do café consorciado e orgânico, o que vem estimulando a continuidade e a ampliação do trabalho. A iniciativa conta com parceiros locais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), uma ONG e a prefeitura local. Também desenvolve parceria com o Projeto Doces Matas, uma cooperação entre Biodiversitas, a agência de cooperação técnica do governo alemão (GTZ), Ibama e Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais.

Minas Gerais

Educação e Recuperação Ambiental da Mata Atlântica no Vale do Rio Doce



Benefícios principais: mostrar a viabilidade de reflorestar uma área extremamente degradada; formar massa crítica na população e ter ótimo resultado em captação de recursos.

O Projeto Educação e Recuperação Ambiental da Mata Atlântica no Vale do Rio Doce nasceu da necessidade de ampliar as áreas de conservação e uso sustentável do município de Aimorés, em Minas Gerais, que atualmente conta com apenas 0,3% de cobertura florestal. Realizado pelo Instituto Terra, tem como atividades principais a recuperação de áreas degradadas e a realização de cursos de educação ambiental por meio da implantação e consolidação do Centro de Educação e Recuperação Ambiental, que funciona dentro da RPPN Fazenda Bulcão.

Por ser executado em uma região com alto índice de degradação, um dos pontos fortes do projeto é a parte demonstrativa, que visa influenciar a comunidade a promover mudanças na relação com o meio ambiente. Dessa forma, beneficia diretamente 62 famílias, proporcionando o plantio de 350

mil mudas de espécies variadas em 170 hectares.

Ao contrário da maioria dos projetos apoiados pelo PDA, que têm uma base social definida, este realiza atividades de desenvolvimento comunitário e social para um público bastante diversificado e encontra as dificuldades típicas da fase de sensibilização inicial e um difícil processo de elaboração de alternativas para uma região totalmente dominada pela pecuária.

No entanto, a existência da iniciativa demonstra que é viável reverter a situação de degradação ambiental a partir de um trabalho focalizado no reflorestamento, e que a captação de recursos para essa finalidade é possível, tendo em vista que o Instituto Terra conseguiu alavancar com essa iniciativa vários apoios nacionais e internacionais.

São Paulo

Jaguatarei Nhemboé Caminhando e Conhecendo



A comunidade de Aguapeú ganhou confiança para executar projetos. Começa a organizar o ecoturismo na aldeia, aproximando o público da rica cultura guarani.

O Projeto Jaguatarei Nhemboé – Caminhando e Aprendendo surgiu com a perspectiva de fazer da visita que ocorre na aldeia Aguapeú uma alternativa econômica viável para a comunidade indígena do Aguapeú, em Mongaguá, no litoral paulista. A idéia era valorizar o patrimônio natural e cultural da aldeia, servindo como atividade-modelo e de efeito difusor a outras aldeias indígenas da região.

Este trabalho foi proposto pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), baseando-se em atividades de educação ambiental e de ecoturismo, já que desde o início da década de 1980 até os dias atuais, visitantes de fins-de-semana e grupos escolares do município de Mongaguá vêm freqüentando a aldeia Aguapeú a fim de conhecer a cultura guarani e o meio em que seus habitantes vivem. A visita pública, da forma como ocorria, informal, improvisada e sem a infraestrutura necessária para a recepção dos visitantes, gerava desconforto para a comunidade, interferindo no seu cotidiano e na sua privacidade.

Assim, entre quinze e dezoito famílias guarani estão envolvidas na construção de um centro de visitantes. Também executam e mantêm uma trilha por rio e terra que leva a este centro, onde são apresentadas danças e histórias de sua cultura. Este trabalho proporcionou confiança aos índios para executar novos projetos sem depender de outras entidades, ao mesmo tempo em que aproximou ainda mais a comunidade da entidade indigenista que os assessora. Uma avaliação da implementação da proposta de visita ainda não podia ser feita na época do estudo, porque o projeto, com valor pequeno, duração de um ano e objetivo limitado à implantação da infra-estrutura para o turismo, ainda estava sendo implantado. Fica a questão de como vai ser o desempenho do empreendimento uma vez finalizada a etapa de construção do centro e da trilha e a elaboração dos materiais de difusão – vídeo, painéis, folhetos.

São Paulo

Implantar e Viabilizar a Reserva Extrativista do Bairro Mandira



Sua grande contribuição tem sido o apoio à gestão do desenvolvimento ambiental e economicamente sustentável da comunidade, no contexto de uma reserva extrativista.

O Projeto Implantar e Viabilizar a Reserva Extrativista do Bairro Mandira envolve diretamente 48 famílias em uma área de 1.200 hectares do bairro Mandira, no município de Cananéia, litoral de São Paulo. Essas famílias mobilizaram-se em torno da Associação Reserva Extrativista do Bairro do Mandira com o objetivo de criar e viabilizar uma reserva extrativista nessa região, caracterizada pela ocorrência de manguezais com alta produtividade biológica.

Como forma de promover a qualidade de vida dos moradores locais, além da implantação legal e física da Reserva Extrativista, o projeto prevê a criação, o manejo e a comercialização de ostras, já que a principal fonte de renda dessas famílias é a exploração de recursos naturais encontrados nos manguezais e nos corpos d'água contíguos às suas áreas tradicionais de habitação.

Se, por um lado, a homologação da reserva extrativista esbarrou na morosidade oficial, por outro a estação depuradora e a comercialização de ostras estão em um momento muito favorável, depois que a própria comunidade assumiu a direção dos negócios. Impulsionado por um detalhado plano de negócios financiado pelo Funbio, o empreendimento mantém uma carteira de clientes e fornece seus produtos com regularidade, principalmente para a Baixada Santista.

Os coletores obtiveram um ganho financeiro real protegendo uma magnífica área de mangue. A comunidade respeita as medidas mínimas para coleta, mesmo nas estruturas de engorda, e tem garantido uma considerável redução no esforço de exploração desse recurso.

São Paulo

Gestão Ambiental Participativa e Desenvolvimento Econômico do Quilombo de Ivaporunduva



Buscar opções para a monocultura da banana, incluindo a diversificação com o palmito jussara, é o grande avanço deste projeto, situado em uma região onde essa atividade representa forte vetor de desmatamento.

O Projeto Gestão Ambiental Participativa e Desenvolvimento Econômico do Quilombo de Ivaporunduva foi implementado pela Associação Quilombo de Ivaporunduva, em Eldorado, São Paulo, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), como parte de uma estratégia de reconhecimento, regularização e desenvolvimento de áreas remanescentes de quilombos na região do Vale do Ribeira, onde este quilombo é referência.

A iniciativa visa promover a melhoria da qualidade de vida e a conservação ambiental dessa área. Por isso, a associação realizou, de maneira participativa e com forte apoio de parceiros, um plano de gestão territorial com enfoque ecológico e econômico. A partir dele, iniciou o processo de enriquecimento de áreas alteradas, semeando o palmito Jussara (*Euterpes edulis*) em 200

hectares, como forma de se contrapor à dinâmica regional baseada na exploração clandestina de palmito.

Começou também a substituição do sistema de produção de banana do convencional para o orgânico, assim como a certificação desses plantios. Em parceria com a Universidade de Campinas (Unicamp), construiu e instalou uma unidade de pós-colheita de banana e promoveu estudos sobre a cadeia produtiva desse produto.

A associação incentivou, por meio de capacitações e treinamentos, a produção de artesanato com a fibra de bananeira. Além disso, o projeto tem investido em educação ambiental na escola e no núcleo urbano da comunidade, por meio de ações de coleta seletiva de lixo e de sua destinação correta no aterro da região.

Paraná

Manejo Regenerativo de Ecossistemas Associados à Mata Atlântica



A maior contribuição do projeto é na formação de capital humano – agricultores experimentadores, com alto nível técnico e profunda consciência social, política e ambiental. Destaque para a metodologia do “mutirão-escola”.

O Manejo Regenerativo de Ecossistemas Associados à Mata Atlântica – Projeto de Desenvolvimento Sustentado para Pequenos Agricultores nas Florestas de Araucária da Região Centro-Sul do Paraná é realizado pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) nos municípios de São Mateus do Sul e Bituruna, Paraná. Seu objetivo é desenvolver sistemas produtivos baseados na erva-mate (*Ilex paraguaiensis*) integrados ao manejo regenerativo das florestas de araucária. Trata-se da forma encontrada para contribuir para romper o ciclo de degradação ambiental desse ecossistema, propiciando ganhos aos produtores rurais da região.

Baseia-se na implementação de unidades demonstrativas de sistemas produtivo-regenerativos de erva-mate em áreas de pequenos agricultores, utilizando métodos participativos. A linha de trabalho adotada integra viveiros de produção de mudas de erva-mate com unidades de beneficiamen-

to. O projeto desenvolveu também um amplo programa de capacitação para agricultores e técnicos nesse modelo de manejo.

O aspecto mais relevante desse projeto foi, sem dúvida, a metodologia que priorizou ao máximo a participação de agricultoras e agricultores e incorporou princípios teóricos à medida que a prática de implantação dos SAFs avançava. Os dias de campo, chamados de mutirão-escola, em que os próprios produtores trabalham as áreas já implantadas e capacitam os convidados, tiveram excelentes resultados. Dessa forma, os produtores envolvidos no projeto possuem, hoje, excelente nível técnico.

Além disso, a sua execução proporcionou a abertura de novas áreas de atuação – por exemplo, a medicina alternativa, a partir de fitoterapia e de métodos alternativos de diagnóstico e tratamento, com a formação de agentes de saúde, especialmente entre mulheres e jovens.

Paraná

Participação Comunitária na Recuperação de Áreas Alteradas na Floresta Atlântica do Estado do Paraná



Alavancar três projetos de seqüestro de carbono na área de Guaraqueçaba é um ponto positivo, assim como o apoio à criação do Pólo de Agricultura Orgânica no município.

O Projeto Participação Comunitária na Recuperação de Áreas Alteradas na Floresta Atlântica do Estado do Paraná visava promover a conservação da Mata Atlântica por meio de processos socialmente participativos, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis. Para isso, a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), instituição proponente, trabalhou na recuperação da mata ciliar ao longo do Rio Cachoeira, na APA de Guaraqueçaba, localizada na porção norte do estado do Paraná.

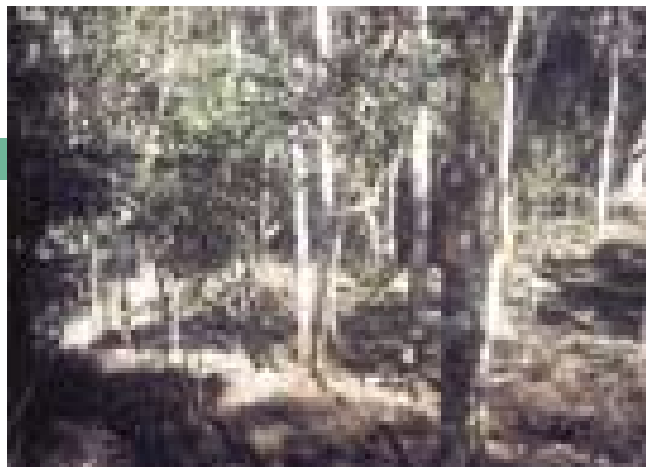
As grandes dificuldades enfrentadas na execução devem-se principalmente à meta superestimada em relação ao número de comunidades envolvidas e aos processos pouco participativos. Tais aspectos influenciaram negativamente, causando um certo descrédito da entidade perante os agricultores e parceiros. Porém, no momento da realização deste estudo, a SPVS vinha

contornando a situação por meio de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e com maior participação das comunidades.

A execução do projeto foi importante, sobretudo, para reforçar o envolvimento das comunidades na concepção e na elaboração de propostas. A grande aprendizagem do projeto é justamente ter mostrado a importância de reforçar o envolvimento e a participação das comunidades na concepção e na elaboração de propostas. Outro ganho também foi a influência sobre políticas municipais, no que se refere à importância do desenvolvimento de atividades voltadas à recuperação de matas ciliares e à organização dos agricultores, visando à criação de um pólo de agricultura orgânica. A execução do projeto ajudou a SPVS a alavancar um projeto significativo de ação climática que envolve a aquisição e conservação de cerca de 20 mil hectares na região.

Santa Catarina

Manejo de Enriquecimento de Florestas Secundárias da Mata Atlântica



Aumento de renda para os produtores com enriquecimento das florestas secundárias é a marca da Apremavi.

O Projeto Manejo de Enriquecimento de Florestas Secundárias da Mata Atlântica foi proposto com a finalidade de promover a defesa, a preservação e a recuperação da Mata atlântica na região do Vale do Itajaí, buscando a participação dos proprietários em atividades de manejo de enriquecimento de florestas secundárias e educação ambiental, como forma de agregar valor às florestas secundárias, para a melhoria da qualidade de vida dessa população.

Com perfil inovador quanto ao uso sustentável das florestas secundárias da Mata Atlântica, o projeto promoveu o uso racional dos recursos florestais em diversas pequenas propriedades de Atalanta, em Santa

Catarina, envolvendo 117 famílias em suas atividades.

Conduzido pela Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (Apremavi), o projeto desenvolveu atividades de capacitação de agricultores e técnicos; manejo em áreas de floresta secundária; criação de viveiros de plantas nativas; e produção de materiais didáticos e de divulgação sobre métodos e técnicas de manejo. Contribuiu, ainda, para a organização dos agricultores beneficiários, fomentando a criação de novas associações locais, como a Associação Semente do Futuro, a Associação Agroecológica e a Associação de Pousadas.

Rio Grande do Sul

Recuperação de Matas Ciliares com Espécies de Interesse Medicinal



Os movimentos de trabalhadoras rurais têm grande potencial para contribuir com os objetivos do PDA, especialmente quando estes articulam-se com a melhoria da qualidade de vida das populações locais nas áreas da alimentação e da saúde .

O Projeto Recuperação das Matas Ciliares com Espécies de Interesse Medicinal surgiu com a finalidade de iniciar o debate sobre a importância da preservação e da recuperação das matas ciliares e dos conhecimentos tradicionais sobre a flora nativa da região abrangida pelos municípios de Mampituba, Morrinhos do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras e Maquiné, no Rio Grande do Sul, especialmente no que se refere ao seu potencial na manutenção e na recuperação da saúde da população.

O projeto foi conduzido pela parceria entre a Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres (ACERT) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Litorânea (MMTR) e teve como principais atividades a recuperação das matas ciliares

e o manejo de espécies medicinais. Trabalha com 20 grupos de mulheres, atingindo diretamente cerca de 200 famílias, com cursos, reuniões e distribuição de uma cartilha, além do plantio de áreas de matas ciliares.

A execução dessa experiência fortaleceu claramente a organização e a participação das agricultoras. Dos projetos apoiados pelo PDA este é um dos que mais se destacaram ao garantir essa participação. E ainda contribuiu para uma maior percepção da importância da água como recurso e para o início da discussão sobre legislação ambiental. Outro importante resultado do projeto é a ampliação do uso de fitoterápicos entre as famílias envolvidas, as quais revelam melhoria na saúde familiar e redução nos gastos com farmácia.

Rio Grande do Sul

Manejo Agroflorestal na Região de Torres



A participação dos agricultores ecologistas na gestão do projeto tem sido fundamental para a incorporação dos seus objetivos na prática cotidiana dos atores envolvidos na implementação.

O Projeto Manejo Agroflorestal na Região de Torres foi proposto pelo Centro Ecológico (CE) com o objetivo de promover a reconstrução da vegetação original por meio de práticas agroflorestais nos municípios de Mampituba, Morrinhos, Torres, Dom Pedro Alcântara, Três Cachoeiras e Maquiné, no Rio Grande do Sul, por meio de práticas agroflorestais. A idéia era aumentar a cobertura florestal e conectá-la com os remanescentes florestais ainda existentes. A estratégia proposta para isso foi converter o sistema tradicional de produção de bananas, cultura central na região, ao sistema orgânico, favorecendo a comercialização em mercados diferenciados.

O projeto articula diretamente 75 famílias e é gerenciado por um comitê composto por representantes das diversas associações participantes, de grupos de agricultores ecologistas e do Centro Ecológico. Além da

implantação do novo paradigma de cultivo, os agricultores estruturaram uma unidade de beneficiamento de banana que, após encontrar mercado para banana-passa, doces e geléias, começa a produzir suco de açaí a partir da semente da Jussara, palmeira bastante ameaçada na região.

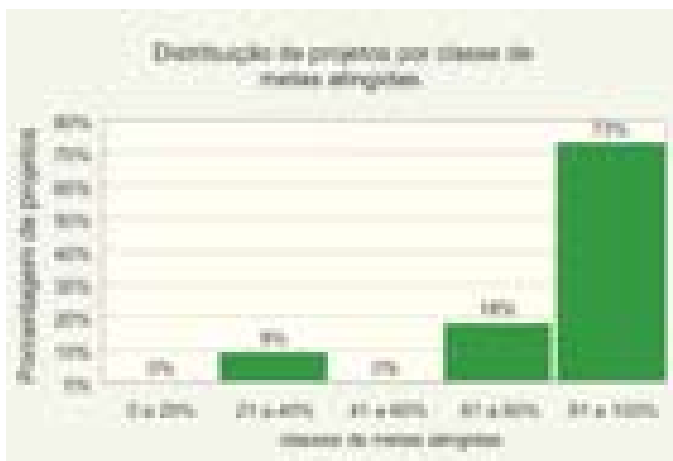
Os principais desafios que os agricultores ecologistas e o Centro Ecológico têm pela frente são vencer a resistência de alguns produtores ao elemento arbóreo no bananal e atender às demandas do mercado de forma organizada, sem comprometer a sustentabilidade ambiental das áreas plantadas e dos remanescentes de Mata Atlântica na região. Porém, os resultados ambientais já se tornam visíveis: é possível observar aumento na biodiversidade dentro dos bananais, assim como a diminuição do uso de agrotóxicos.

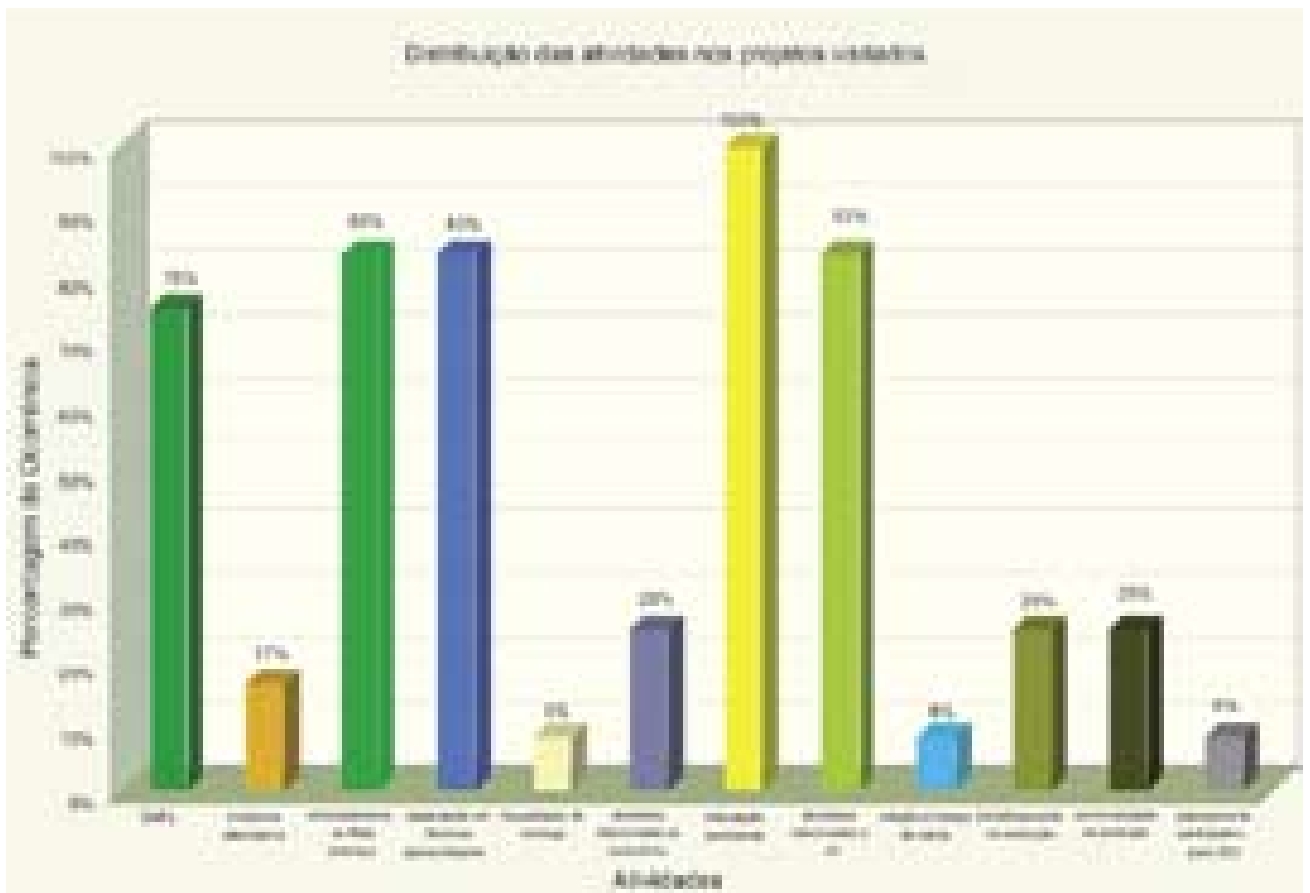
A Atividades principais e cumprimento de metas

Dos doze projetos estudados, a grande maioria – quase nove projetos (8,76), ou 73% do total – atingiram de 81 a 100% das metas previstas. Essa análise foi feita considerando o período previsto para alcance das metas no momento do estudo – os projetos não estavam todos no mesmo patamar de execução, havendo aqueles já terminados, outros em sua fase final e outros ainda na primeira parte de seu cronograma de rea-

lização de atividades. O gráfico abaixo demonstra um alto grau de cumprimento de metas, com 10,92 projetos alcançando de 61 a 100% das metas, e apenas um projeto, que representa 9% do universo pesquisado, com baixo grau de cumprimento de metas – que realizou entre 21% e 40% do previsto.

Todos os doze projetos realizaram atividades de educação ambiental, embora com conceitos diferentes. A maioria deles (83%) trabalhou com reflorestamento, capacitação em técnicas agroecológicas e atividades relacionadas a unidades de conservação. Ações relacionadas a sistemas agroflorestais foram desenvolvidas em 75% dos projetos analisados, e 25% deles trabalharam com beneficiamento e comercialização da produção. O gráfico ao lado mostra a ocorrência das principais atividades no conjunto dos projetos estudados.





1. Êxito e insucesso: Na pista dos fatores determinantes

Os doze projetos visitados nos dão pistas sobre quais fatores decisivamente colaboraram para o êxito de uma iniciativa ou cuja ausência contribuiu para o insucesso de uma experiência. Claro que sempre há o imponderável. Há condições que são subjetivas e não se deve menosprezar o papel que têm as pessoas no êxito ou no fracasso de um projeto. E pessoas são mundos; trazem características únicas e podem desequilibrar situações.

Também é sabido que não se pode tratar esses aspectos de êxito ou de insucesso como absolutos. Cada projeto é um universo onde tudo acontece misturado. Em certas condições, alguns fatores colaboram mais para o êxito que em outras. Nenhum projeto está isento de situações que dificultam sua implementação. No entanto, é possível identificar fatores que sempre somam nos processos e aqueles que devem ser evitados.

O estudo desses doze projetos aponta algumas pistas, descritas a seguir.



Encontrar a motivação certa

A motivação é um fator fundamental para que as pessoas “comprem” a idéia do projeto e efetivamente se envolvam em sua realização. Se o projeto insiste em motivações que não coincidem com as necessidades ou com os sonhos das comunidades e pessoas envolvidas, vai ter muita dificuldade para funcionar. Isso envolve:

Responder a questões prementes

Nos casos estudados, uma motivação acertada se dá quando o projeto busca responder a questões que são prementes para as comunidades. No projeto Reflorar, a palavra motivadora é “água”; no projeto da AS-PTA e também no Reflorar, a questão é a necessidade de lenha; é uma necessidade e tem funcionado como um forte motivador. No caso dos guarani, por exemplo, a motivação é sobretudo cultural, fruto de sua cosmovisão: escatologicamente, buscam a Terra Sem Males e a destruição da natureza é o mais distante que pode haver disso. No Mandira, o projeto surgiu como uma reação da comunidade ao risco que o uso abusivo dos recursos do meio natural – no caso, a extração de ostras – poderia trazer para eles próprios, num futuro não muito distante.

Responder à questão econômica

Esta é outra forte motivação detectada. Isso pode significar que o projeto propõe alguma possibilidade de retorno econômico para as pessoas envolvidas, seja em aumento de renda ou em economia (deixar de gastar, ou gastar menos em certos itens).

Quatro dos projetos visitados estabeleceram objetivos claramente definidos no sentido do aumento de renda das famílias

envolvidas: o de Mandira, produção, beneficiamento e comercialização de ostras; o dos guarani, exploração do eco-etno-turismo; o de Ivaporunduva, destinado a agregar valor à produção de banana; e o da AS-PTA, de produção, beneficiamento e comercialização da erva-mate.

Outros definiram objetivos que indiretamente representavam ganho econômico, seja por aumento de renda ou por diminuição de gastos: o do MMTR, com os cursos e plantios que possibilitam melhoria alimentar e manejo de plantas medicinais; o do Centro Ecológico, com os quintais agro-florestais; o da Biodiversitas, com melhoria alimentar e redução de gastos com insumos químicos para o café.

Alguns ainda, como o Reflorar e o da Apremavi, derivaram para atividades geradoras de renda ou de economia para as famílias: ecoturismo e organização para escoamento da produção, no caso da Apremavi, e o trabalho com SAFs que possam produzir lenha a partir do manejo das árvores, além de frutas e de outros produtos economicamente atraentes para os produtores, no caso do Reflorar, em que o projeto foi incorporando cada vez mais esse elemento de SAF a partir de reflexão sobre a prática.

Responder a desejos e sonhos

O projeto “decola” mais facilmente quando consegue chegar naquele ponto escondido que faz o coração das pessoas bater com mais entusiasmo. Quando toca em questões profundas e queridas pelas pessoas. Quando lhes propõe uma janelinha para realizar seus sonhos. Quando lhes traz alegria e prazer. Alguns depoimentos colhidos durante as avaliações revelam esse sentimento:

“Esperamos ver nossos filhos falando a língua, conservando a cultura e ficando neste lugar” (depoimento guarani)

“É bonito ver as flores, os passarinhos, ficar na sombra da mata... Morar na roça e não ter isso, não tem graça” (Lili, parceira e líder sindical, Reflorar, Bahia)

Participação e apropriação da proposta pela comunidade

Participação

Idealmente, deve ser efetiva desde a concepção, passando pelo planejamento, execução, monitoria e avaliação das ações do projeto. Na prática, situações concretas de participação a partir da etapa de planejamento são mais frequentes do que a partir da concepção.

Dos doze projetos visitados, sete¹ fazem referência explícita a esse fator e um outro, o Reflorar, reconhece que o projeto está indo bem porque, embora não tenha sido pensado com os beneficiários, desenvolveu práticas de avaliação conjunta e foi “adotado” pela comunidade e por suas entidades representativas.

Essa participação envolve tomada de decisões, pelo menos em alguns níveis, de forma conjunta. Os níveis podem variar de acordo com o tipo de instituição proponente/executora e com a própria natureza do projeto. Há situações em que isso se faz dentro da própria comunidade, quando esta é a executora e a proponente do projeto; e outras em que o processo se

dá entre a instituição proponente, os responsáveis pela assistência técnica e os executores diretos. Decidir de forma conjunta é fundamental para que as pessoas se sintam mais “donas” do projeto.

O uso de metodologias que favoreçam a participação é um fator identificado como extremamente importante nesses oito projetos. Cada grupo ou entidade encontra suas próprias metodologias; o que importa é que de fato sejam instrumentos para facilitar a participação informada das pessoas. No caso dos guarani, por exemplo, a execução das atividades propostas no projeto tem funcionado bem porque tem seguido a lógica e a estrutura guarani de tomar decisões e realizar tarefas. O CTI – Centro de Trabalho Indigenista, responsável pela proposta, tem tido a sensibilidade e a maturidade de se adaptar a essa lógica.

O exercício de levantar as demandas com o uso de um instrumento participativo de diagnóstico é reconhecido como um fator positivo, embora possa gerar alguma frustração pela brecha entre a quantidade de demandas e necessidades e a capacidade atual do projeto de dar respostas a elas.

Vale a pena refletir sobre o papel dos projetos pontuais nesses processos. É muito importante não perder de vista que, em trabalhos com comunidades, e, sobretudo, com comunidades tradicionais e indígenas, os processos são longos e os projetos representam apenas episódios que catalisam a ação em determinados momentos. É fundamental pensar na perspectiva de processos, mais além do horizonte dos projetos.

¹São eles: Ivaporunduva, AS-PTA, Mandira, Guarani/CTI, Centro Ecológico, MMTR e Biodiversitas.

Momentos de planejamento e de avaliação participativos, quando são sistematicamente realizados, dão mais profundidade e confiança aos processos. Os projetos da AS-PTA e da Biodiversitas oferecem exemplos interessantes de monitoramento participativo, tanto da execução do projeto como um todo, quanto de aspectos técnicos específicos, com a utilização de metodologias que podem ser interessantes para outras situações, como as metodologias de monitoramento participativo desenvolvidas por algumas das instituições da rede PTA.

Por outro lado, quando não se dão processos participativos ou quando não há essa preocupação desde o início, o projeto tende a não se desenvolver bem. O exemplo mais evidente é o da SPVS, no qual esta falta de mecanismos participativos é detectada como a principal falha. Outro projeto que não se preocupou em garantir participação e cujo trabalho de articulação foi facilmente desmontado quando mudou o cenário político estadual foi o da Avidepa, demonstrando fragilidade no aspecto da sociedade civil. Esse fator, aliado a outros fatores, tem resultado em perdas ou na falta de continuidade das ações dos projetos após o término do financiamento.

Comunidade como sujeito principal do processo

Quando, além de participar desde a concepção do projeto, a comunidade também é a responsável por sua execução ou pela gestão do empreendimento, ocorrem ganhos em segurança, em efetiva capacidade técnica e de gestão e em auto-estima. É o caso do Mandira e dos projetos do MMTR e da AS-PTA.

Quando não é uma comunidade, mas uma organização do movimento popular, do tipo MMTR, a proposta dos projetos ganha força de difusão pela capilaridade desses movimentos. O Reflorar também considera um fator de êxito trabalhar junto com os STRs para chegar ao produtor.

Organização

Para que a participação seja efetiva ou que a gestão própria funcione bem, é fundamental aumentar o nível de organização das comunidades ou grupos. Quando essa organização é forte ou se fortalece com o projeto, a tendência é que este avance mais e melhor. Exemplos claros são os projetos do MMTR, da AS-PTA e do Centro Ecológico, entre outros.

A organização se reflete em processos legítimos de tomadas de decisão e em organização do trabalho de campo, ou de implementação das ações previstas no projeto. Criação de grupos de trabalho, de comitês gestores, de agentes multiplicadores, de responsáveis por unidade demonstrativas, etc., são exemplos de organização interna encontrados por grupos ou comunidades estruturados e fortalecidos para executar as atividades do projeto.

Assistência Técnica, Capacitação e Soluções Adequadas

Assistência Técnica

Há distintas situações de assistência técnica: quando ela é provida pela entidade proponente ou responsável pelo projeto; quando ela é provida pelos órgãos do Estado, ainda

que de forma complementar; e quando ela é provida pela própria comunidade, que se capacita para isso.

Uma relação de respeito e de confiança entre a equipe técnica e a comunidade ou os produtores é fundamental. Exemplos marcantes vêm dos projetos guarani/CTI, Reflorar, AS-PTA e Biodiversitas, que mostraram ter desenvolvido ao longo do tempo uma relação de contato estreito e respeito mútuo.

A proximidade física e cultural da equipe com as comunidades também é importante. Morar no local, ou fazer visitas sistemáticas, com tempo para realmente dialogar com as pessoas, torna-se decisivo para o êxito das iniciativas.

Mais importante ainda parece ser o comprometimento dessas equipes técnicas. Quando elas estão de fato engajadas nos processos, os resultados são visíveis. No caso do projeto Mandira, o apoio do Instituto de Pesca e da Fundação Florestal do estado são destaques positivos. No caso do Reflorar, do Centro Ecológico, da AS-PTA e da Biodiversitas, a seriedade das instituições parceiras na assistência técnica torna-se evidente na consistência dos resultados alcançados.

Mas o contrário também acontece e revela-se fator decisivo para o insucesso. Há situações em que a assistência técnica tem uma visão convencional, contrária muitas vezes à proposta do projeto. Isso ocorreu com a Emater na região do projeto da Biodiversitas, que se posicionou contrária ao plantio de qualquer árvore no meio do cafezal. Já no caso do projeto desenvolvido pela SPVS, os produtores sentiram-se abandonados e

praticamente não houve assistência técnica. No projeto de Ivaporunduva, os técnicos mostram-se mais preocupados com a parte administrativa do que com os desafios técnicos do projeto. No caso do Centro Ecológico, também há necessidade de mais atenção técnica para os processos de diversificação dos bananais.

Itinerário técnico adequado

A conjugação entre comunidade organizada, metodologias participativas e boa equipe técnica resulta altamente favorável e costuma traduzir-se em itinerários técnicos apropriados para os projetos. Bom exemplo vem do Mandira, em que as soluções técnicas adotadas têm demonstrado uma relação custo-benefício favorável.

Um dos papéis da equipe técnica é buscar soluções para os desafios que o projeto assume. Como demonstrativos, todos eles buscam comprovar, na prática, a viabilidade de algum conceito ou metodologia. Claramente, os projetos da Apremavi, da Biodiversitas e o Reflorar estão buscando sistematizar suas experiências de modo a oferecer modelos de recuperação e reflorestamento que sejam mais viáveis para os produtores.

Por outro lado, a não realização ou descontinuidade de ações previstas, ao longo da execução do projeto, geram resultados insuficientes, descrédito e frustração nas comunidades e entre os produtores envolvidos, como ocorreu no projeto da SPVS. Para as equipes técnicas, ter a visão e a flexibilidade para adaptar o planejamento, enfrentar os problemas quando surgem e buscar as novas soluções constitui um desafio permanente.



Capacitação e intercâmbio

O intercâmbio é uma forma de capacitação; o destaque no título se justifica por ser um instrumento extremamente eficaz e pelo potencial que tem o PDA de incentivar intercâmbios entre o universo de projetos que apóia. Essa é uma das vocações do PDA – demonstrar, primeiro para o universo interno dos próprios projetos, onde e como encontrar soluções para diferentes situações, sem ter que reinventar a roda continuamente. Esses intercâmbios são instrumentos poderosos, não só para as comunidades e produtores rurais envolvidos, como para as equipes técnicas.

Alguns projetos estudados ressaltam a capacitação como atividade principal ou base para todo o processo. Tal é o caso dos projetos do MMTR, do Centro Ecológico, da Biodiversitas e da AS-PTA. O projeto do Instituto Terra também investe fortemente em capacitação, embora voltada para um público distinto, basicamente composto por formadores de opinião daquela região de Minas (município de Aimorés, quase limite com o Espírito Santo).

No caso da AS-PTA, a metodologia do “aprender-fazendo” em processos teórico-práticos, que se realizam nos “mutirões-escola”, destaca-se por privilegiar a expressão do conhecimento local e resulta na formação de agricultores-experimentadores com alta capacidade técnica.

Articulação interinstitucional

O trabalho com entidades do movimento popular, ou com os sindicatos de trabalhadores rurais, tem grandes possibilidades de

avançar, porque essas estruturas possuem grande capilaridade e “portas de chegada” com os produtores. Pode-se observar os exemplos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Centro Ecológico, a AS-PTA e o Reflorar.

As parcerias são importantes e fortalecem as entidades, podendo facilitar a execução dos projetos. Nem sempre, no entanto, isso funciona. A falta de vontade política pode transformar essas parcerias, embora formalmente existentes, em letra morta. Exemplo da Biodiversitas, em Minas Gerais. Mas podem ser extremamente estimulantes, como nos casos da AS-PTA, do Centro Ecológico e de outros projetos.

A articulação com instituições afins é fundamental. Casos como o do Reflorar, em que o trabalho conjunto com o Ibama, com a Polícia Militar e com o Ministério Público está dando resultados concretos, ou o dos guarani, em que o Ministério Público agilizou a resolução de conflito fundiário antigo envolvendo a terra indígena, mostram que os projetos podem funcionar como pontes entre instituições e estímulo para a formação de parcerias na resolução de problemas.

Essa articulação envolve também outras ONGs, instituições de pesquisa, universidades, outros projetos, inclusive projetos PDA, e a participação em redes. Quando não há essa preocupação de armar uma boa articulação, ou quando esta não é sólida o suficiente, repousando nas bases de alianças pessoais ou de uma situação política que é instável, o risco de descontinuidade e perda dos resultados é muito grande, como no caso da Avidepa.

A boa articulação também pode resultar em novos financiamentos, ampliação de fontes de recursos e de parceiros técnicos e financeiros para o projeto, a entidade ou a comunidade.

Entorno favorável

A presença, na região, de pessoas ou grupos favoráveis à proposta é altamente benéfica. Às vezes esses grupos e pessoas existem, mas estão desarticulados, e o projeto funciona como um vetor que potencializa essa força, como no caso do Reflorar. Outras vezes, essa situação não está dada inicialmente, mas vai se criando com a implementação do projeto.

Há casos especiais, como o do Instituto Terra, que se articula em torno do nome de Sebastião Salgado, o que lhe abre muitas portas. De qualquer maneira, a presença de pessoas formadoras de opinião e que sejam favoráveis à proposta do projeto é sempre favorável.

Mas a questão do entorno se traduz também na mentalidade da região, na cultura predominante e na situação ambiental em que se inserem os projetos. Muitos estão localizados em situações desfavoráveis, regiões locais onde a cultura da pecuária e do pasto predominam, regiões devastadas, com poucos vestígios de mata. Mudar a mentalidade desse entorno, pelo menos parcialmente, constitui o grande desafio desses projetos. E o caminho para isso é o da demonstração, por um lado, e o da educação ambiental, por outro.

Resultados concretos

O efeito demonstrativo funciona como elemento motivador. E isso só ocorre quando o projeto tem resultados concretos para apresentar. Com resultados concretos, a motivação aumenta, há mais adesão e começa a haver mudanças de mentalidade. Trabalhar com parcelas ou unidades demonstrativas é fundamental para que as pessoas possam ver e sentir que é possível, viável e vantajoso mudar.

Educação ambiental e difusão de resultados

O trabalho de educação ambiental, que em muitos projetos se traduz em mobilização, articulação, promoção de cursos e eventos e produção de materiais didáticos ou de comunicação, é um fator prioritário para

o sucesso das iniciativas, já que promove processos de mudança. Mudança de mentalidade, de hábitos, de atitudes. Mudança na forma de produzir.

Os projetos que se pretendem demonstrativos devem prever no orçamento recursos específicos para realizar essas atividades de educação e de difusão de resultados. Estas devem ser entendidas de forma ampla, desde a mobilização, a articulação, o reforço à organização, cursos, seminários, eventos diversos, visitas, intercâmbios, produção de materiais impressos e audiovisuais e sua veiculação e distribuição.

Os projetos da AS-PTA, do MMTR, da Apremavi, do Reflorar e do Instituto Terra demonstram bem que, quando essas atividades são colocadas de forma central no projeto, empurram a proposta para a frente.

2

2. Dificuldades e Tropeços: Enfrentamentos necessários

Em seu caminho, todos os projetos enfrentam problemas e dificuldades. Os níveis e as características desses problemas variam enormemente. A avaliação realizada levantou essas dificuldades em grandes eixos em torno dos quais giram as principais dificuldades vivenciadas no dia-a-dia dos projetos estudados. No entanto, é importante lembrar que os projetos não vivenciam sempre as mesmas dificuldades ou, se as vivenciam, é sempre de forma diferente. Também é bom lembrar que as soluções variam em cada caso – afinal, cada buraco ensina um tombo diferente.

Em relação aos proponentes e executores

Quando o proponente não é o próprio executor da proposta, alguns obstáculos realmente dificultam o alcance das metas. Entre estes se podem citar: o fato de não encontrar mecanismos apropriados para chegar ao público beneficiário de suas ações; ou



de não manter continuidade na presença e nas ações; de não criar mecanismos reais de participação da comunidade; ou de não ter capacidade para estabelecer uma relação de confiança com a profundidade necessária. Exemplos de projetos que enfrentaram obstáculos dessa ordem são os desenvolvidos pela Avidepa e pela SPVS, que tiveram sua continuidade comprometida.

Em relação aos projetos

É importante saber estimar bem as metas. Quando isso não ocorre (casos do Reflorar e da SPVS) há dificuldades na execução. Claro que este é um problema que se pode corrigir - e que, efetivamente, os projetos citados corrigiram - mas demonstra a necessidade de se ter planejamentos iniciais mais realistas. Para isso, é preciso contar com técnicos experientes, buscar exemplos práticos e trabalhar com metodologias participativas. Dessa forma, o risco de errar fica menor.

Em relação ao produtor e à comunidade

Nos projetos do Gambá/Reflorar (BA) e do Centro Ecológico (RS) detectou-se o mesmo problema: um certo medo do produtor de “perder” sua terra (ou a possibilidade de explorá-la) se fizer o reflorestamento. Isso se deve, em parte, ao desconhecimento da legislação ambiental, mas também à desconfiança natural do pequeno produtor familiarizado com a cultura do desmatamento.

A falta de domínio do pequeno produtor sobre a cadeia produtiva e sua descapitalização são fatores problemáticos para a implementação de novas propostas.

Quando um produtor desanima e desiste de seguir com o reflorestamento, gera perda de energia, de tempo e de investimento e cria um exemplo negativo. Na região do Reflorar (Recôncavo Baiano), isso ocorre mais frequentemente com os médios e grandes proprietários. Como a maior parte dos que aderem ao projeto são pequenos proprietários, as áreas reflorestadas também são pequenas, sem grande impacto em termos de escala, embora com muito efeito demonstrativo e muito significativas no contexto em que se dão.

A falta de domínio do pequeno produtor sobre a cadeia produtiva e sua descapitalização também constituem obstáculos à implementação de propostas inovadoras. Como estas ainda precisam ser testadas e não têm resultados comprovados, os produtores sentem-se desencorajados, pois qualquer resultado negativo pode comprometer a sua sobrevivência imediata.

Em relação à interinstitucionalidade

Muitas vezes a situação política municipal ou estadual, que inicialmente era favorável ao projeto, muda. Nesse caso, pode haver dificuldades reais graves, sobretudo se este depende muito da parceria com o Estado. É o caso emblemático da Avidepa, no Espírito Santo, em que a mudança do cenário político estadual fez ruir todo o trabalho articulado com o órgão estadual de meio ambiente.

No caso do projeto da Biodiversitas, em Minas Gerais, onde, apesar de estar inserido em uma iniciativa maior – no Projeto Doces Matas, uma articulação entre órgãos do es-

tado e GTZ – a execução da proposta sofreu restrições devido ao difícil relacionamento com as instituições estaduais (Emater e IEF), que não conseguiram incorporar uma postura e uma prática participativas, gerando dificuldades na execução da proposta. Em menor escala, este também foi um problema enfrentado pelo Reflorar com a prefeitura de Amargosa (BA), que a princípio apoiava o projeto, mas depois mudou de orientação política e retraiu-se em relação ao Reflorar, obrigando a equipe a buscar novas saídas, mudar sua estratégia e dirigir seus esforços para o aprofundamento de outras parcerias.

Em relação ao uso de metodologias participativas, à geração e à administração de demandas

O uso de metodologias participativas de diagnóstico e de planejamento é, sem dúvida, o mais acertado no trabalho com comunidades e famílias. No entanto, pode gerar frustrações, porque levanta, em geral, uma quantidade muito grande de demandas e o projeto só pode atuar em parte delas. O exemplo mais claro é o da Biodiversitas, mas isso também ocorre no Reflorar, no projeto da AS-PTA e em outros. No entanto, soluções criativas são também encontradas: no da Biodiversitas, formaram-se comissões para começar a se preocupar com as diferentes demandas; no caso do Reflorar, o projeto incentivava os STRs a proporem novos projetos complementares, de produção sustentável; no da AS-PTA, o diagnóstico apontou uma nova área de atuação – a saúde – e o projeto acolheu bem a proposta, formando pessoas



em medicina alternativa com base no uso de plantas medicinais. Neste caso, o projeto ampliou sua ação e ganhou mais simpatia.

Em relação a respostas técnicas adequadas

Aqui há várias possibilidades de tropeços: a assistência técnica pode ser despreparada (caso Ivaporunduva); desviada das funções técnicas para outras mais administrativas, por falta de quem assuma essa parte (caso Ivaporunduva); sem compromisso ou ausente (caso SPVS) ou ainda oposta à proposta do projeto (Emater, no caso da Biodiversitas).

O custo de implantação e de manutenção das áreas reflorestadas é alto para o pequeno produtor, embora seja mais baixo que o praticado por outras empresas no país. Encontrar soluções que tornem esse custo menor e mais atraente é o grande desafio. Exemplos significativos vêm do Reflorar, do projeto do Instituto Terra e da Apremavi.

Quando a equipe técnica não conhece muito bem os produtos, cultivos ou elementos da cadeia produtiva que está manejando, corre o risco de embarcar em propostas tecnicamente inviáveis ou com custo-benefício desfavorável. Tal alerta vem do projeto de Ivaporunduva, na questão dos bananais.

Em relação a gestão e comercialização

É importantíssimo escolher bem o gerente do empreendimento industrial/comercial, sob o risco de se perder todo o esforço produtivo da comunidade. O caso de Mandira

é claro: com a demissão do gerente, que era um profissional contratado, os próprios cooperativados assumiram a responsabilidade gerencial. Com isso, conseguiram estancar o problema de improbidade administrativa. Mas nem sempre esta solução é a mais interessante, porque não necessariamente um bom presidente de cooperativa ou de associação, ou qualquer outro de seus membros, torna-se um bom gerente de empresa. São atribuições diferentes. Mas uma escolha equivocada da pessoa para gerenciar o negócio representa, de fato, um grave risco.

No projeto Mandira, a concorrência dos atravessadores e da exploração clandestina de ostras com a legalizada ainda é um problema que pesa na comercialização do produto.

Em relação às políticas públicas e à atuação do Estado

A burocracia estatal para obtenção de licenças e registros é difícil, pesada e lenta. Os projetos passam por experiências desanimadoras nessa *via crucis*, mas chegam lá. Veja-se o projeto Mandira, que conseguiu passar por toda a epopéia e ter todos os registros e licenças necessários. A queixa é em relação ao tamanho do esforço que se depende nessa labuta burocrática.

Outra área em que a atuação estatal é, se não omissa, pelo menos lenta, é na regularização fundiária. A existência de conflitos nessa área pode impedir a implementação de propostas ou de partes delas. Os guarani que o digam! Quando começavam a construir sua Casa de Cultura, tiveram a obra

interrompida por um suposto “dono” do terreno que fica dentro da terra indígena, o que significou um atraso grande na execução das atividades planejadas. Também o projeto Mandira – em área reconhecida de quilombo – sofreu com a morosidade burocrática nos procedimentos finais de aprovação da reserva extrativista, que é a figura legal para a propriedade coletiva da terra, e para cuja implantação o projeto contribuiria.

Em relação à ampliação ou continuidade das propostas

Alguns custos das atividades previstas são inicialmente subsidiados pelos projetos, mas depois, como fica a situação? É o caso da produção e da distribuição de mudas do

Reflorar. Como manter a estratégia de reflorestamento em parceria com os proprietários das terras, que entram com a mão-de-obra e os tratos culturais, se as mudas e a assistência técnica, hoje subsidiadas, não puderem mais ser oferecidas pelo projeto?

O custo de implantação e de manutenção das áreas reflorestadas pode ser proibitivo para o pequeno produtor descapitalizado. É importante ter uma clara relação custo-benefício. Ainda nessa linha, a falta de instrumentos de valoração econômica ou de incentivo para os produtores reflorestarem é um verdadeiro empecilho à ampliação das propostas – não há políticas públicas que respondam a isso. O desconto do ITR é absolutamente insignificante e não funciona como motivador.

3

3. Economia, Meio Ambiente e Qualidade de Vida: Benefícios concretos



Os doze projetos visitados apresentam uma gama de benefícios econômicos, sociais e ambientais que têm reflexo imediato na melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas. Embora seja quase sempre possível identificar claramente os indícios dessa melhoria de qualidade de vida, nem sempre é possível quantificá-la.

A melhor indicação de que os benefícios são reais é dada pelos próprios beneficiários ou envolvidos na execução dos projetos – um total de 1.186 famílias. Foram eles que procuraram mostrar as mudanças que vieram com as práticas trazidas pelos projetos.

Esse dado suscita uma reflexão. Projetos que envolvem menos as comunidades têm menor impacto e benefícios menos visíveis; há uma relação direta entre trabalhar com gente, com pessoas, e a efetiva conservação ou recuperação do meio ambiente, trazendo ganhos para ambos: seres humanos e natureza.

Neste capítulo, trataremos de apontar os principais benefícios levantados pelas visitas aos projetos, categorizando-os em: sociais, ambientais, no aumento de renda, na economia em gastos e de despesas, na saúde e na alimentação, embora seja difícil – e às vezes artificial – fazer essa categorização. Muitas vezes, o benefício é uma situação global que muda para melhor, sendo difícil estabelecer e isolar seus componentes. Mas, para efeito de análise, tentaremos trabalhar com as categorias citadas acima, insistindo em que é preciso não perder a visão do todo, do conjunto, para contextualizar bem e poder entender a magnitude dos benefícios auferidos.

Ganhos sociais

Vários relatórios de avaliação apontam o fortalecimento das organizações proponentes e/ou executoras e das comunidades envolvidas como um primeiro benefício visível. As pessoas envolvidas ressaltam esse aspecto como muito positivo. Além do fortalecimento do próprio grupo ou instituição, há o surgimento de novas organizações, o que também é considerado muito significativo. Instituições e comunidades articuladas, fortalecidas e mais organizadas tendem a conseguir avançar na consecução de seus objetivos e a expandir experiências exitosas.

O projeto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, no Rio Grande do Sul, destaca o fortalecimento da auto-estima do movimento das mulheres na região, com grande potencial de disseminação de seus objetivos e resultados junto a outros grupos no estado, contribuindo para o próprio

fortalecimento da organização social do movimento de mulheres. A coordenação do projeto e as beneficiárias entrevistadas avaliam que o projeto ajudou o MMTR a mostrar para um público mais amplo sua missão e seus objetivos, viabilizando com isso uma melhoria em sua estrutura e em seu funcionamento.

O projeto da Apremavi (SC) destaca o fortalecimento dos produtores familiares organizados em associações. Os produtores agroecológicos da região de influência do Centro Ecológico, no Rio Grande do Sul, também consideram que seu movimento foi fortalecido e que a participação das mulheres na definição do uso dos recursos naturais nas propriedades aumentou com o projeto.

O trabalho do Instituto Terra (MG) provocou a reestruturação de uma ONG local – Adea – e a criação de outra – Capa. O Centro Ecológico (RS) ajudou cinco novos grupos de produtores a se organizarem por influência do projeto. O mesmo ocorreu na área de influência do Refflorar, no recôncavo baiano – o fortalecimento de Ongs existentes e a criação de uma nova organização ambientalista local.

A consolidação e a ampliação de parcerias foram apontadas por muitos projetos como fatores importantes para o sucesso da experiência. São reconhecidas como ganhos para as comunidades e as instituições locais, abrindo espaços de diálogo político e de apoio técnico. Alguns exemplos, dentre outros: a articulação regional realizada pelo Refflorar (BA), tendo com os STRs como parceiros privilegiados e o envolvimento de Ongs, instituições do estado, prefeituras, Movimento de Educação de Base, associa-

ções e grupos informais; e o fortalecimento das parcerias da SPVS (PR), incluindo Embra-pa, Emater, prefeitura e secretaria municipal de meio ambiente.

No caso do projeto Mandira (SP), foi potencializada e fortalecida a organização já existente – associação e cooperativa, consolidando-se sua estrutura. Além disso, houve a efetiva valorização da atividade e do próprio extrativista.

Para a comunidade guarani (SP), a experiência do projeto possibilitou aumento da autoconfiança – a comunidade já se considera capaz de planejar e implementar projetos. Isso é muito significativo para um povo que sofreu longa pressão sobre seu território, seus recursos, sua cultura, sua cosmovisão. Além do descaso histórico dos órgãos oficiais, há uma dificuldade real de acesso a financiamentos específicos para essas comunidades. Dominar a linguagem de projeto e sua implementação pode significar, para esses guarani, atingir patamar de igualdade com outras comunidades que dependem de suas próprias capacidades para obter recursos externos.

Muitas das entidades proponentes, ainda que não sejam as executoras diretas, também se identificam como beneficiadas pelos projetos – seja na ampliação das parcerias, seja no fortalecimento de seus quadros técnicos ou no avanço em metodologias de abordagem e de trabalho com comunidades, como exemplifica a avaliação do trabalho do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) com os guarani, nesse projeto de eco-etno-turismo.

Ganhos ambientais

A qualidade do solo melhorada, a eliminação ou redução do uso de adubos sintéticos e de agrotóxicos, a recuperação de nascentes, o recolhimento seletivo de lixo para reciclagem, a recuperação de áreas degradadas, e de matas ciliares, o enriquecimento de florestas secundárias e o efetivo aumento de áreas reflorestadas são alguns dos ganhos ambientais citados nos relatórios.

No projeto da Biodiversitas (MG), destacam-se a eliminação de insumos químicos e de agrotóxicos e para o efetivo melhoramento do solo. Em Ivaporunduva (SP), o estabelecimento de áreas de proteção ambiental, de recuperação, de enriquecimento e de produção agrícola, definidas em trabalho de zoneamento participativo, e a mudança de consciência no espaço urbano, com a coleta seletiva do lixo, também são os ganhos mais expressivos.

No projeto do MMTR (RS) os benefícios apontados pela população envolvida são a recuperação e a proteção de matas ciliares e dos cursos d'água, bem como da biodiversidade local, especialmente no tocante a plantas medicinais. Isso reflete o aumento na percepção dos envolvidos no projeto sobre a importância da preservação e da recuperação das matas ciliares e o significado das ações do projeto para a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos.

O projeto da Apremavi (SC) tem desempenhado um papel vital na manutenção dos recursos hídricos, na fertilidade dos solos, na conservação da biodiversidade, no aumento da área de proteção da fauna silvestre e na recuperação de áreas degradadas e alteradas. A área total de recuperação de

florestas implementada pelo projeto é de 107 hectares, com 185 mil mudas plantadas em capoeiras, capoeirões e pastagens. O trabalho de enriquecimento de florestas secundárias com outras plantas nativas da região está se expandindo para mais doze propriedades inseridas na Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra da Abelha, no município de Vitor Meirelles, Santa Catarina. O sistema agroflorestal implantado pelo projeto permite a colheita de espécies de alto valor agregado, como o palmito e a erva-mate, sem prejudicar o desenvolvimento sustentável da floresta, podendo inclusive ser explorado de acordo com um plano de manejo pré-estabelecido em áreas de reserva legal.

Com a implantação de sistemas agroflorestais, os agricultores familiares começaram a compreender quantos benefícios, além de madeira, a floresta pode aportar. A capacitação em agricultura ecológica e sua difusão, junto com a consciência do valor das florestas secundárias, são ganhos qualitativos permanentes em capital humano.

O Instituto Terra (MG) já reflorestou ou enriqueceu aproximadamente 170 hectares, numa área extremamente desmatada, com custos médios como 312 hora/homem/ha para implantação e manutenção em área com aroeira e 209 h/H/Ha para áreas com braquiária. Naquela região, extremamente degradada do ponto de vista ambiental, o projeto funciona como um “farol de meio ambiente”.

O projeto da SPVS plantou 37 mil mudas de espécies florestais nativas e recuperou 20 hectares de mata ciliar. A iniciativa do projeto motivou a criação do Pólo de Agricultura Orgânica, com foco em agroecologia e de-

envolvimento sustentável na região. Mas talvez o benefício ambiental mais forte seja o início dos projetos de ação climática (sequestro de carbono) que a SPVS alavancou a partir da experiência com o PDA. Esse trabalho envolve a aquisição e a conservação de cerca de 20 mil hectares, com a meta de restauração ambiental de três mil hectares de pastagens e de matas ciliares. Para a realização desse novo projeto, a SPVS com-



prometeu-se com a promoção de ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável de pelo menos quinze comunidades do entorno das áreas adquiridas.

No conjunto, os doze projetos reflorestaram 1.111,4 hectares, com um desempenho médio de 111 hectares por projeto, com máximo de 300 e mínimo de 3. O gráfico abaixo ilustra o comportamento dos projetos quanto a iniciativas de recuperação de áreas por meio de reflorestamento.

A recuperação da restinga no litoral sul do Espírito Santo era um dos objetivos do projeto da Avidepa. Hoje, a efetiva implantação do Parque Estadual Paulo César Vinha, apesar de toda a pressão imobiliária urbana, e a conservação das ilhas onde as andorinhas marinhas se reproduzem, são benefícios que podem ser creditados diretamente ao trabalho da Avidepa, com apoio do projeto PDA. O “marketing” da restinga funcionou e houve recuperação efetiva de algumas áreas.

Entre os benefícios ambientais do projeto do Centro Ecológico estão a diminuição da contaminação química provocada pelo uso de agrotóxicos nos bananais e maior regeneração do componente arbóreo nas diversas propriedades em que o projeto está sendo implantado. Há uma efetiva valorização, recuperação e disseminação de conhecimentos sobre o uso de espécies madeireiras e frutíferas que haviam sido desprezadas em decorrência da concentração do interesse sobre a banana, gerando

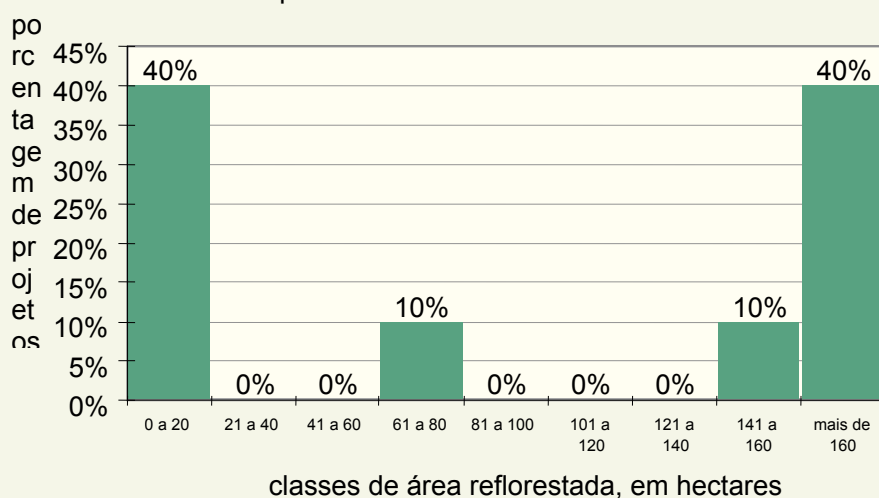
monocultura. Um dos grandes benefícios ambientais que o projeto traz para a região é que as cooperativas funcionam como núcleos de disseminação de idéias, valores e técnicas agroecológicas.

No bairro Mandira, a regulamentação da atividade de produção de ostras significa uma redução imediata na pressão irracional sobre esse recurso, que é a principal fonte de renda de todas as comunidades do estuário.

O aprendizado para lidar com a erva-mate dentro da floresta, o que significa uma atividade extrativa não daninha, e a recuperação e/ou enriquecimento de capoeira são os ganhos ambientais visíveis do projeto da AS-PTA. É evidente a recuperação dos solos e a preservação das nascentes nas Unidades Demonstrativas, bem como a manutenção e o enriquecimento da biodiversidade dentro dos SAF.

No recôncavo baiano, o trabalho do Reflorar tem resultado em alguns ganhos: a questão ambiental passou a fazer parte da agenda

Distribuição dos projetos quanto ao tamanho de área recuperada. PDA-Mata Atlântica.2002.



dos cinco STRs envolvidos, além de ser discutida mais amplamente e ter ganho espaço na imprensa etc. Houve efetiva redução das feiras de comércio de animais silvestres, da caça e do desmatamento. A população começou a procurar o projeto para denunciar crimes ambientais. A presença do projeto tem coibido ações degradadoras na região e estimulou os órgãos públicos – Ibama, Polícia Militar, Ministério Público – a atuarem mais. Os avaliadores consideram que realmente está se criando um pensamento novo na região, como resultado do trabalho de educação ambiental do projeto. Isso se pode comprovar pela mudança nas atitudes das pessoas – muitas denunciam crimes ambientais, outras já se convenceram de que o reflorestamento é vital para que continuem a ter água em suas terras. Os STRs incorporaram o tema ambiental em seus programas e os debates sobre desenvolvimento na região passam por uma discussão ambiental, na qual se envolvem atores que estão articulados com o Reflorar. Destaca-se também o trabalho com fauna (reintrodução no ambiente natural) que o projeto vem realizando.

Mas talvez os principais benefícios desse projeto sejam a recuperação dos solos e das nascentes. Nas quatro propriedades visitadas pelos avaliadores, houve algum tipo de melhoria no volume e na qualidade da água. Na localidade chamada Riachão, os moradores mostraram com orgulho a pequena represa de captação com a marca do volume da água, dizendo que “nunca mais a água secou, nem na estiagem”. O trabalho de reflorestamento na encosta dessa nascente foi realizado em parceria com o STR de São Miguel das Matas, com a expectativa de servir a várias famílias que vivem



no vale logo abaixo. Embora a qualidade e o volume da água tenham evidentemente melhorado, a expectativa de abastecimento para as famílias da região não se cumpriu totalmente devido a problemas internos da comunidade. Uma lição que o Reflorar aprendeu nesse trabalho aponta, mais uma vez, para a importância da organização e da mobilização comunitárias – ações que são parte do que o projeto chama globalmente de educação ambiental – para que o trabalho de reflorestamento ganhe mais significado e utilidade.

Foram plantadas mais de dois milhões de mudas pelo esforço dos doze projetos. Esse número não é somente o de mudas produzidas, mas daquelas efetivamente distribuídas para plantio definitivo. O desempenho médio é de 194.550 mudas plantadas por projeto. O gráfico abaixo mostra o comportamento dos projetos em relação ao plantio de mudas.

Aumento de renda

Poucos dos projetos visitados atuam diretamente visando aumento de renda dos produtores – ou seja, na parte da cadeia produtiva que diz respeito a beneficiamento e comercialização. Mas muitos outros trabalham na primeira ponta dessa cadeia, tendo o aumento de renda como perspectiva a médio prazo. Neste texto, enfocaremos os diferentes momentos - produção, beneficiamento, comercialização - ou preparação da área e operação, no caso do ecoturismo – com os detalhes oferecidos por cada experiência.

No projeto desenvolvido pela Biodiversitas em Simonésia, MG, surgiu o interesse de 50 famílias de produtores, após um seminário, pela certificação orgânica do café. Seu motivo é claramente econômico, já que o café orgânico consegue um preço bem mais alto que o tradicional. Embora esse não seja um dos objetivos do projeto, seus técnicos têm apoiado o trabalho de certificação, liderado pelo STR.

No quilombo de Ivaporunduva (SP), a comercialização direta da banana, eliminando o atravessador, já tem resultados econômicos concretos no aumento da renda dos produtores. A caixa de banana, que era entregue ao atravessador por R\$1,50, passou a ser vendida em São Paulo a R\$4,50, dos quais se desconta R\$1,00 de frete. O frete é feito por um caminhão comprado com recursos do projeto PDA. Agora os produtores estão lutando para ter a certificação orgânica da banana, porque perceberam a possibilidade de vender seu produto com melhor preço. Esse processo está em fase inicial. Embora não haja uma estrutura de beneficiamento da banana, existe a planta de uma unidade de pós-colheita, a ser construída com recursos do PDA e da Unicamp, e que segue todos os requisitos necessários para seu funcionamento dentro dos padrões de sanidade. Outra fonte de renda é o artesanato feito com fibra de bananeira; não temos quantificação dessa venda. Finalmente, em termos ainda de produção,



com perspectivas de ganho futuro, está a reintrodução do palmito jussara nas áreas de enriquecimento.

O trabalho da Apremavi (SC) tem gerado emprego e renda na região. Os produtores agroecológicos, especialmente os hortifrutigranjeiros, já possuem um mercado garantido nas feiras de Blumenau e de Florianópolis, chegando até a Curitiba e a São Paulo. Com a comercialização direta, esses produtores têm se sustentado e garantido sua independência, causando impacto positivo na economia regional. A conquista de mercado é sólida o suficiente para garantir a continuidade da renda aos produtores organizados. A estratégia do projeto é coerente na articulação dos estágios da cadeia produtiva: assistência técnica para o plantio, colheita dos produtos provenientes do enriquecimento das matas e procura de mercados alternativos que assimilem essa produção. Muitos produtores trocaram a agricultura convencional – além dos produtos hortifrutigranjeiros - pela orgânica, com cultivo mínimo e valor agregado.

Outra área de geração de emprego e renda em que a Apremavi vem investindo é o ecoturismo. Foram criadas diversas pousadas e pesque-pagues, incrementando a renda das famílias envolvidas. A Apremavi também presta apoio técnico, construção e mapeamento de trilhas, reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e capacitação em agroecologia como parceira do Projeto Parque Mata Atlântica, com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente e implementado pela prefeitura.

No projeto do Centro Ecológico (RS) ainda não se pode falar em aumento de renda, mas é essa a perspectiva a médio prazo,

com a diversificação dos bananais, especialmente a partir do manejo da palmeira jussara para palmito e polpa congelada. Futuramente, também espécies madeiráveis poderão ser manejadas. A organização de grupos de produtores, incentivada pelo projeto, tem resultado em maior capacidade de venda direta de seus produtos, eliminando intermediários e assim ganhando mais. Existe na região uma unidade de agroindústria, construída originalmente para beneficiar a banana e outros produtos de origem vegetal e que agora está sendo adaptada para produzir a polpa congelada da jussara, semelhante ao açaí. Para a implantação dessa agroindústria, o governo do estado financiou um estudo de mercado e tudo indica que não há, efetivamente, problemas para colocação dos produtos. O desafio é atender às demandas de forma organizada e sem comprometer a sustentabilidade ambiental das áreas.

A iniciativa dos guarani (SP) é um pequeno projeto de implantação de estrutura para ecoturismo. No momento do estudo, tinham sido executadas as seguintes etapas: construção da casa de barcos, com a aquisição dos equipamentos correspondentes; abertura da trilha; construção parcial da casa de cultura; e aquisição de equipamentos diversos.

A metodologia guarani é fazer cada coisa de uma vez, em grupos organizados para esse fim. Depois de um passo dado, planejam e dão o próximo. Embora não tenha sido realizado nenhum estudo de capacidade de suporte para a atividade de ecoturismo na área, os técnicos do CTI, com base em dados obtidos na região, especialmente em unidades de conservação, e em conversas com

os guarani, dimensionaram um número de visitantes de 20 a 25 por dia. Esse número seria viável ambiental e culturalmente, não causaria estresse para a comunidade e geraria renda suficiente para viabilizar o empreendimento. A questão da renda vai, naturalmente, depender do preço a ser cobrado pela visitação e da frequência das visitas.

Os guarani sabem que só poderão ter uma idéia clara sobre a geração de renda proporcionada por essa atividade depois de algum tempo de funcionamento da iniciativa. Têm uma série de aspectos a considerar a esse respeito: como será feito o agendamento das visitas, quem irá trabalhar em que aspectos do projeto (barqueiros, guias, apresentadores...), quem se responsabilizará por recolher do pagamento e como será distribuído o recurso. A posição da comunidade é de discutir todas essas questões em detalhe, quando for o momento – uma coisa de cada vez. O projeto apoiado pelo PDA é apenas a primeira etapa de um processo muito maior, que só se consolidará quando as visitações estiverem ocorrendo regularmente.

No caso do Mandira (SP), o produtor passou a receber mais pela dúzia de ostras. Antes, o preço praticado era de R\$0,65 por dúzia, qualquer que fosse o tamanho das ostras. Atualmente, o produtor recebe R\$1,05 para as pequenas, R\$1,80 para as médias e R\$2,50 para as grandes. Esse preço é pago em função das vendas e dos valores apontados pelo Plano de Negócios da Cooperativa.

Os cuidados ambientais foram definidos por regras que os produtores devem respeitar, como o tamanho da ostra para a coleta e o período de defeso. A planta e o processo de depuração das ostras segue o

que há de mais adequado. O destaque é o sistema de filtragem de água do estuário que serve para depurar as ostras. A água passa por um filtro de sedimentos e por três filtros biológicos, sendo um por ultra violeta. As instalações têm planta racional, favorecendo a recepção, depuração, embalagem e transporte. O projeto conta com uma embarcação adequada, caminhão e caminhonete refrigerados e toda a infraestrutura administrativa necessária.

A cooperativa conseguiu todos os registros necessários – foi uma árdua batalha – e está trabalhando na marca regional de ostras de Cananéia. O mercado clandestino ainda existe e o preço dos atravessadores já apresenta reação, embora ainda seja menor que o da Cooperativa. Ainda na área da comercialização, um erro gerencial cometido foi a contratação de vendedores com salário fixo. Essa estratégia tem se mostrado ineficiente e a cooperativa tem dificuldade para encerrar os contratos, por causa dos encargos trabalhistas.

Os produtores organizados no projeto da AS-PTA (PR) já têm algum retorno econômico proveniente da venda da erva-mate produzida nas Unidades Demonstrativas. Com o projeto, houve aumento na produção e, conseqüentemente, aumento de renda. O projeto tem coerência em relação à cadeia produtiva, utilizando uma estratégia de trabalhar primeiro os problemas ligados à produção – plantio, manejo, poda, recuperação; processamento para consumo interno e, depois, para o mercado.

A associação especificamente criada para a comercialização da erva-mate já tem o registro e todos os documentos que lhe permitem colocar o produto no mercado.

A AS-PTA mantém uma pessoa que faz o acompanhamento do controle de qualidade e comercialização e o produto já tem o selo de qualidade da Ecovida, lançado durante o 3º Congresso da Agricultura Familiar do Centro Sul do Paraná, em setembro de 2002.

Interessante notar que os produtores não pretendem vender sua erva-mate a um preço maior, apesar do selo Ecovida, por considerarem que essa seria uma prática injusta de preço para com o consumidor. Em termos de beneficiamento, há duas unidades funcionando, sendo que uma tem instalações suficientes para garantir o consumo local e a outra está em processo de obtenção do registro do INPI, já com todos os requisitos sanitários exigidos. Essas unidades têm capacidade para absorver toda a produção dos associados e de outros agricultores orgânicos da região.

Economia: gastando menos

No projeto da Biodiversitas (MG) a diminuição da mão-de-obra no trabalho com o café foi estimada em 40%, de acordo com sistematização feita pelos próprios produtores. Outra economia identificada ocorreu com a diminuição no uso de agrotóxicos, mas ainda não foi possível quantificar o ganho financeiro. A melhoria do solo aumenta a sustentabilidade da produção e elimina a necessidade de abrir novas áreas, o que significa menores investimentos em insumos e mão-de-obra.

No projeto da AS-PTA (PR), o trabalho com plantas medicinais e medicina fitoterápica teve um reflexo direto na economia familiar, com redução de gastos com remédios.

Outra fonte de economia foi a reativação dos barbaquás (estruturas tradicionais de beneficiamento da erva-mate) que está fornecendo erva-mate processada para as famílias.

O projeto Reflorar (BA) gerou emprego e renda na comunidade contratando um grupo de viveiristas e técnicos locais. Embora o projeto não tenha caráter econômico e as experiências de reflorestamento com SAFs sejam apenas um aspecto metodológico experimentado com alguns produtores, pode-se dizer que já há, para alguns parceiros envolvidos no reflorestamento, ganhos não-financeiros, como a lenha, por exemplo. Ter lenha disponível pela poda de árvores plantadas no SAF significa uma economia para o produtor, que tem que comprá-la de terceiros. Afinal, praticamente não existe mais lenha disponível na região. Outro benefício direto, considerado o mais importante pela maioria dos parceiros, é a manutenção e a recuperação de nascentes. Quando a água volta a surgir com volume e qualidade há um ganho imediato para o produtor. Pode-se destacar ainda algumas áreas de SAF com produção inicial e parcelas aproveitadas para plantio de culturas anuais.

Vivendo melhor: boa alimentação e mais saúde

As famílias das trabalhadoras rurais envolvidas no projeto do MMTR (RS) têm tido sua dieta enriquecida a partir do conhecimento sobre as potencialidades da flora nativa. Também estão sendo utilizadas as plantas para tratamentos de saúde, com valorização, recuperação e disseminação dos conhecimentos locais sobre seu uso.

As cooperativas do Centro Ecológico (RS) também funcionam como distribuidoras de produtos alimentícios de melhor qualidade; não só as famílias dos produtores vinculadas a este projeto, como as do projeto da Apremavi (SC) e todas as que trabalham com agroecologia, alimentam-se com produtos mais saudáveis, como também fazem chegar ao consumidor esses produtos livres de insumos químicos e de agrotóxicos.

O trabalho de recuperação do conhecimento popular sobre plantas medicinais e a formação de agentes de saúde, que trabalham com bioenergia, têm tido um impacto direto na região do projeto da AS-PTA (PR).

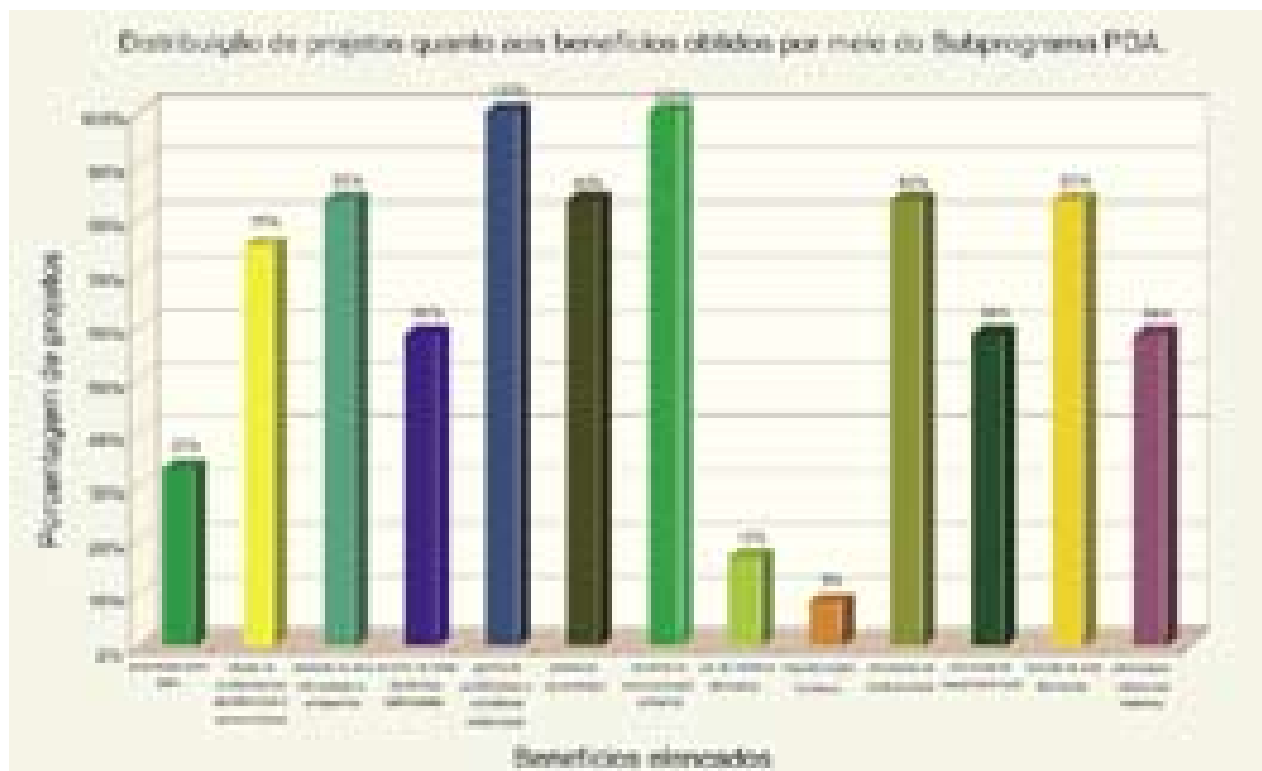
Calcula-se cerca de dez mil atendimentos por mês, feitos por agentes formados nos cursos ministrados pelo projeto.

Alguns aspectos de melhoria da qualidade de vida podem ser observados em Mandira (SP), como efeito do aumento de renda provocado pela comercialização das ostras via cooperativa: já aparecem novas construções de espaços comunitários, a formação de um fundo de apoio a estudantes que pretendem fazer faculdade em São Paulo, melhorias nas casas, compra de moto para ir trabalhar, antenas parabólicas e outros equipamentos nas casas das pessoas.



Uma visão geral dos principais benefícios

O gráfico a seguir ilustra a ocorrência dos principais benefícios no universo dos doze projetos. Os aspectos considerados foram: ganho de credibilidade e visibilidade das instituições proponentes/executoras; aumento da conscientização ambiental; aumento da área reflorestada ou enriquecida; prática da agroecologia; valorização da biodiversidade; redução da área desmatada; difusão de conhecimentos agroflorestais e agroecológicos; aumento da renda das famílias participantes; valorização do conhecimento local; participação efetiva das mulheres; aprendizado sobre SAFs; uso de medicina alternativa; e regularização fundiária.



4

4. Políticas Públicas: Potencialidades para provocar mudanças



É

importante fazer duas leituras, aqui: há resultados concretos de influência de projetos em políticas públicas e há também um forte potencial de lições e exemplos gerados pelos projetos, ainda subaproveitados pelo poder público.

Os projetos, com seu caráter demonstrativo, apresentam, geralmente, grande potencial para influenciar políticas públicas em todos os níveis – municipal, estadual e federal. No entanto, uma constatação evidente é a de que um projeto, por si só, por melhores que sejam seus resultados, não influencia políticas públicas, a menos que haja um entorno favorável para isso. A vontade política aqui é fundamental. Boas experiências com entornos políticos favoráveis tendem a ser assimiladas pelo poder público; mas, em situações desfavoráveis, mesmo os bons resultados podem ser abandonados e os processos interrompidos.

Os projetos podem também trabalhar na criação dessa situação favorável, e o fazem,

tanto por meio de articulações e parcerias institucionais com organizações governamentais e Ongs e suas redes, como por meio do fortalecimento das associações e comunidades envolvidas.

Muitos projetos apostam na assimilação das experiências ou de partes delas por políticas públicas em diferentes níveis – municipal, estadual e federal – como caminho para que os aprendizados e benefícios possam ganhar mundo, deixando o caráter demonstrativo, ganhando maior abrangência e passando a ser práticas comuns.

Mudanças já provocadas

A Apremavi (SC) conseguiu uma licença legal, de forma desburocratizada, para o uso sustentável dos recursos gerados pelas florestas secundárias em âmbito regional; e está tramitando uma proposta junto ao Ibama autorização para o uso dos produtos florestais obtidos mediante manejo. Produtores associados à Apremavi conseguiram recursos junto à prefeitura municipal para a construção de um galpão de armazenagem e para aquisição de equipamentos agrícolas.

O Instituto Terra (MG) realiza, em parceria com a prefeitura, o Projeto Aimorés, cujo objetivo é o desenvolvimento sustentável da zona rural municipal, por meio do planejamento por microbacias. Conseguiu também a aprovação de uma lei municipal que destina 2% do orçamento à recuperação ambiental, sendo que essa alíquota aumentará a cada ano, até chegar a 10%. Além disso, a sede do Instituto situa-se em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), a primeira criada para ser totalmente recuperada.



Durante o período de execução do projeto de recuperação da restinga no litoral sul do Espírito Santo, a Avidepa conseguiu alguns avanços na política pública estadual, inaugurando um sistema de gestão de um Parque Estadual por uma Ong, sob coordenação de um comitê gestor deliberativo formado por governo e Ongs. Conseguiu interessantes acordos de compensação ambiental com uma empresa privada na região. No entanto, essa situação não resistiu à mudança política no governo do estado.

O Centro Ecológico (RS) é um dos principais parceiros do governo do estado na formulação e implementação de políticas para a área rural. Participou da elaboração do Programa Rio Grande Ecológico e da implantação do

Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários do estado. Também no Rio Grande do Sul, o componente “plantas medicinais” do MMTR tornou-se referência e recebeu apoio do Programa Plantando Saúde, do governo estadual.

O trabalho da SPVS (PR) apoiou a criação do Pólo de Agricultura Orgânica de Antonina, visando à certificação de produtos orgânicos. Seu trabalho de recuperação de matas ciliares tem sido adotado como política pública da Secretaria de Meio Ambiente local.

O Reflorar (BA) conseguiu a criação de uma APA municipal protegendo parte da única área ainda florestada da região. Capacitou policiais militares e professores da rede pública e mantém convênio institucional e ações conjuntas com Ibama e com Ministério Público.

Potencialidades

O projeto da Biodiversitas (MG) serve como exemplo para o trabalho bem-sucedido no entorno de uma reserva e pode contribuir muito para políticas de implantação de corredores ecológicos na região.

O trabalho que se desenvolve em Ivaporunduva (SP), com o sistema orgânico e diversificação do plantio de banana, pode servir como referência para políticas públicas regionais ambiental e socialmente mais corretas, já que a atividade da bananicultura é, junto com a mineração, o grande vetor de desmatamento na região.

O projeto do MMTR (RS) oferece subsídios relevantes para a elaboração e implementação de políticas de promoção da fitoterapia e de formas de promoção da saúde humana, tendo por bases a família e a comunidade.

As ações da Apremavi (SC) são altamente relevantes, gerando subsídios para a elaboração e implementação de políticas de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas secundárias.

O Instituto Terra (MG) está demonstrando práticas de recuperação e o exemplo é relevante para políticas direcionadas a esse fim em regiões totalmente desmatadas, como a de Aimorés.

O projeto do bairro Mandira (SP) apresenta enorme potencial para políticas de financiamento e ações de proteção de manguezais, ecossistemas que ocupam grande parte da costa brasileira.

O projeto da AS-PTA (PR) demonstra que pode haver políticas públicas diferentes das atualmente em voga na região – plantio de pinus e plantio a céu aberto de erva-mate argentina – em Unidades Demonstrativas replicáveis e de baixo custo de implantação. Oferece exemplo de como melhorar a renda das famílias com baixo custo, sem derrubar a mata e mantendo a biodiversidade.

A grande relevância do projeto da SPVS (PR) para a formulação de políticas públicas advém de sua posição em uma unidade de conservação da importância da APA de Guaraqueçaba. Um exemplo é o desdobramento já ocorrido, com o início de três projetos de ação climática com custo de 18,4 milhões de dólares em 40 quarenta anos e com recursos já captados de três empresas multinacionais norte-americanas.

No Reflorar (BA), os exemplos concretos em relação a recursos hídricos, obtenção de lenha e recuperação de solos degradados são subsídios para a elaboração de políticas pú-

blicas municipais que revertam a tendência dominante na região, de plantio de pasto. O projeto gerou também interessantes modelos de cursos de educação ambiental para públicos diferenciados, com destaque para os policiais militares.

Estratégias

As estratégias dos projetos para influenciar políticas são: estabelecer parcerias institucionais com órgãos do estado, inclusive procurando capacitar técnicos desses órgãos; influenciar formadores de opinião por meio de cursos, eventos, fóruns etc.; apoiar a participação da sociedade civil em fóruns ambientais (Condemas); apresentar resultados demonstrativos; produzir materiais de difusão, educação e comunicação; e apresentar propostas concretas ao poder público.

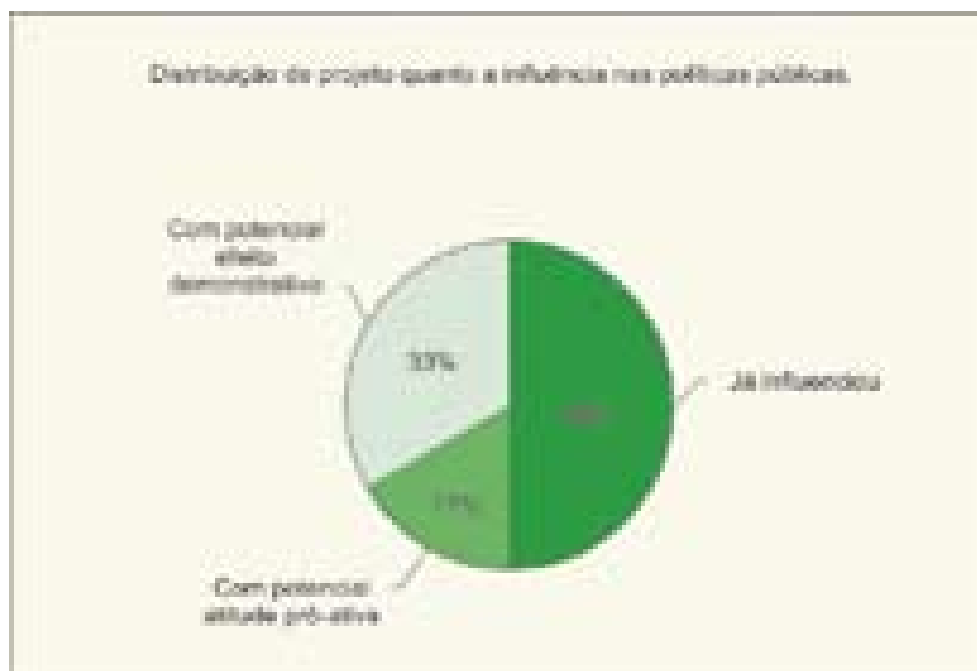
Vale a pena ressaltar algumas situações: a do Instituto Terra (MG), cujo Centro de Educação

(CERA) promove uma grande quantidade de cursos por ano, dirigidos a pessoas formadoras de opinião, tratando de criar uma massa crítica na região. Outro destaque é para o trabalho organizado por produtores na região do projeto da AS-PTA (PR), que insistem em discutir com os órgãos públicos e em oferecer propostas, mesmo que até agora estes tenham permanecido insensíveis.

Essas estratégias às vezes funcionam, às vezes não. Muitas vezes sua eficácia só poderá ser medida em um lapso maior de tempo, já que significam formação de opinião, fortalecimento político e pressão sobre os órgãos públicos.

No capítulo destinado às estratégias de reflexão e difusão de processos e resultados, as diferentes formas de atuar e os instrumentos utilizados pelos projetos serão tratados com mais detalhe.

O gráfico abaixo ilustra o comportamento dos projetos em relação às políticas públicas.



5

5. Gênero: A busca de equilíbrio no espaço do projeto



Dos doze projetos visitados, seis fazem referência específica à participação das mulheres, demonstrando uma estratégia de busca de equilíbrio nas relações entre homens e mulheres. Pode-se inferir que, nos outros seis, esse aspecto não seja relevante ou não tenha havido oportunidade para essa discussão. A não-relevância pode ser entendida como a não-percepção dessa questão como fator de desequilíbrio ou desarmonia, que necessite uma atenção especial.

Dos seis projetos citados, o do MMTR (RS), é um projeto implementado apenas por mulheres e não se faz menção à participação de homens nas atividades ou nas decisões. No entanto, há referência sobre como o projeto fortaleceu a participação do Movimento em relação a outras entidades do movimento social na região.

Nenhum projeto visitado tinha um desenho específico de estratégia ou abordagem de gênero, pelo menos não de forma explícita. Mas os seis projetos citados – o do MMTR

(RS); o Reflorar (BA); o do quilombo de Ivaporunduva (SP); o de Mandira (SP); o da AS-PTA (PR); e o da SPVS (PR) – adotaram alguma estratégia ou abordagem.

Os aspectos observados foram:

Presença de grupos organizados de mulheres:

- Em Ivaporunduva (SP) já existia esse grupo, que é bastante pró-ativo e desempenha importante papel nas discussões do projeto e em sua implementação.
- Em Mandira (SP), as mulheres, ao sair da atividade ilegal de desmariscagem, organizaram-se em um grupo e começaram a participar das discussões sobre os rumos do projeto e a promover cursos e encontros específicos para mulheres.

Participação em cursos, seminários, encontros e eventos:

- Nos seis projetos citados, observa-se a forte participação das mulheres em cursos, encontros e em reuniões para tomada de decisão sobre os projetos.

Temas destacados como preferidos pelas mulheres:

- Ivaporunduva (SP): encaminhamento da certificação da banana e artesanato;
- MMTR (RS): alimentação e saúde, especialmente plantas medicinais;
- AS-PTA (PR): saúde, medicina alternativa e plantas medicinais;
- SPVS (PR): produção artesanal e preservação de alimentos, considerando a preparação de compotas e o trabalho com plantas medicinais.

Participação nas decisões e na implementação do projeto:

- Ivaporunduva (SP): o Grupo de Mulheres tem presença marcante nas reuniões de decisão e as áreas de trabalho direto são o encaminhamento da certificação da banana orgânica e o artesanato;
- MMTR (RS): a discussão e a implementação ocorrem por meio de grupos de base, nos quais há envolvimento total das mulheres. Estas também têm um envolvimento direto no trabalho com plantas medicinais e com a recuperação de cursos d'água e matas ciliares;
- Mandira (SP): embora já não atuem diretamente no trabalho com as ostras, as mulheres se organizaram em torno de grupo, o qual participa das decisões do projeto e das atividades de demarcação da reserva extrativista;
- AS-PTA (PR): as mulheres participam de todo o trabalho, mas se envolvem mais nos cursos de medicina alternativa, oferecendo esse serviço ao público;
- SPVS (PR): parece que participação não é o forte do projeto, o que se estende também às mulheres. Estas tomam parte em cursos e atividades, como fazer compotas e trabalhar com plantas medicinais;
- Reflorar (BA): a coordenadora de educação ambiental do projeto é mulher, assim como boa parte do grupo de educadores. Há parceiras (proprietárias rurais) que são mulheres – casos em que o acordo é feito com a mulher diretamente ou com o casal. Há mulheres parceiras que são líderes sindicais ou que ocupam postos importantes na comunidade.



Observa-se que a questão de gênero não tem uma abordagem clara ou privilegiada nos projetos, embora na prática existam ações nesse sentido. É significativo que, no universo pesquisado, a metade dos projetos tivessem uma abordagem prática de gênero, embora sem nenhum planejamento ou reflexão específica.

A questão de fundo, que se situa na busca de equilíbrio nas relações entre homens e mulheres dentro das organizações e nas comunidades, parece não ser explicitamente colocada. Há, porém, uma inquietação e tentativas de abertura de espaços para isso. O projeto gera situações de tomada de decisões, de mais trabalho para as pessoas e gera também benefícios. Gera aprendizagens. E essas situações estão, na prática de pelo menos seis dos projetos visitados, levando à maior participação das mulheres, especialmente em temas considerados mais da esfera de atuação feminina.

É interessante observar a inexistência de planos de capacitação das mulheres para o exercício da direção e da liderança em suas organizações; os temas das capacitações com maior presença de mulheres são muito ligados às suas funções reprodutivas (alimentação, saúde). Por outro lado, é interessante observar que a relação das mulheres com o meio ambiente e com a produção ambientalmente sustentável é direta, umbilical, justamente porque tem a ver com a função feminina de criar e nutrir.

O potencial de um projeto de mulheres

O apoio do PDA ao projeto do MMTR está resultando em fortalecimento da organização do movimento de mulheres rurais da região litorânea do Rio Grande do Sul. Esse fortalecimento, que se traduz também em elevação da auto-estima do grupo e das mulheres individualmente, facilita a disseminação dos objetivos e resultados do projeto junto a outros grupos do movimento social e das áreas rurais do estado. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais em todo o estado discute questões ambientais que antes não estavam presentes em sua pauta, levadas pelas coordenadoras e multiplicadoras da equipe do projeto.

É grande o potencial de contribuição dos movimentos de mulheres rurais – a exemplo deste projeto – aos objetivos do PDA. Analisa-se a possibilidade de sistematizar, para publicação na série Experiências do PDA, a trajetória dos dois projetos atualmente apoiados, que foram propostos e executados por grupos de mulheres: um na Mata Atlântica e outro na Amazônia.

6

6. Na Boca do Povo: Estratégias de reflexão e difusão de processos e resultados

Os projetos, em geral, executam alguma estratégia de difusão de resultados e de processos. Algumas vezes essa estratégia é explicitada no projeto, outras vezes não. Há projetos, entre os doze estudados, que valorizam mais esse aspecto, colocando-o no centro da metodologia de atuação; em outros a difusão de resultados ocupa posição mais periférica.

Observa-se também um esforço dos projetos em refletir sobre seu próprio trabalho. Esses momentos de reflexão se dão não apenas nos contextos de monitoria, avaliação e planejamento, mas também em alguns espaços de difusão – intercâmbios, reuniões, seminários, encontros.

As estratégias adotadas pelos projetos incluem, em geral, esforços para influenciar as políticas públicas (*ver capítulo referente a esse tema*). Direcionam-se também a sensibilizar públicos específicos, como as comunidades escolares; outros produtores, organizações similares e comunidades vizinhas



ou similares. Em alguns casos se lançam em direção à comunicação mais massiva, com produção de materiais impressos e uso da mídia.

Os instrumentos utilizados variam: visitas programadas, intercâmbios, dias de campo, “mutirão-escola”, encontros, palestras, seminários, cursos e oficinas; produção e edição de cartazes, cartilhas, folhetos, jogos didáticos e livros; vídeos e fotografias; programas de rádio; artigos em jornais.

A produção desses instrumentos e a realização dos eventos estão, às vezes, previstos no orçamento do projeto, como parte de sua estratégia; outras vezes, são realizados com recursos complementares, vindos de outras fontes. E há situações em que o projeto, só depois de algum tempo, vê a necessidade de buscar recursos complementares para elaboração de produtos de difusão e parte para a captação desses recursos.

Quando a metodologia de implementação do projeto prevê atividades de intercâmbio, de dias de campo, visitas, reuniões etc., a difusão e a reflexão sobre processos e resultados se dá naturalmente, como parte da estratégia global, dirigida a outros produtores, comunidades e organizações afins. As atividades de intercâmbio – dentro do próprio projeto, entre projetos e entre instituições parceiras – são um aspecto muito valorizado e muito eficaz.

Alguns projetos priorizam o trabalho de educação ambiental, tanto para o público interno ou potencial do projeto como para públicos escolares diversos. O trabalho de educação e de articulação pode funcionar também como oportunidade de sistematização e de difusão de resultados e processos.

Em termos de sistematização de informações, há projetos que desenvolvem ações regulares – criação e alimentação de bases de dados, por exemplo, como o da AS-PTA (PR) e o da Avidepa (ES). Outros produzem material mais complexo – o livro sobre a Mata Atlântica, da Apremavi (SC) – e mais científico, como o da SPVS (PR). Os relatórios também são uma forma de sistematizar a informação básica de um projeto.

Um trabalho específico de *marketing* está sendo realizado pelo Instituto Terra (MG), em parceria com a WBrasil, com o objetivo de produzir materiais e divulgar o trabalho do Instituto.

O caminho da replicabilidade para outros grupos e comunidades

Muitos projetos apostam na difusão da experiência ou das principais lições aprendidas como fator para que a iniciativa ganhe escala, “contaminando” outras comunidades ou grupos organizados, para que estes passem a adotar práticas, elementos ou aspectos exitosos. Em alguns casos, o potencial demonstrativo do projeto está claro para o grupo proponente/executor, que deflagra estratégias específicas de difusão; outras vezes, o potencial existe, mas não há um esforço objetivo em explorá-lo.

No caso dos guarani, o projeto apresenta grande potencial de multiplicação nas outras 22 aldeias, somente em São Paulo. Como existe uma grande movimentação entre elas, os relatos da experiência – que são a forma de comunicação oral tradicional indígena – tornam-se instrumentos de

ampliação da proposta entre as diversas comunidades desse povo.

No caso do Mandira (SP), como há uma grande população de coletores de ostras na região estuarina e uma proposta de ampliação da reserva extrativista para todo o estuário, pode ser que o exemplo do projeto seja tomado como modelo para outras comunidades. Trata-se de uma situação ainda potencial.

No caso do projeto da AS-PTA (PR), há o interesse de outras comunidades em desenvolver o manejo da erva-mate no sistema regenerativo-produtivo e a medicina alternativa, que já conta com mais de 150

agentes formados, atendendo a milhares de pessoas na região. O caráter multiplicador do projeto é muito expressivo.

E há situações em que produtores isolados se interessam pelas técnicas e as “importam” para suas áreas, como ocorre na região do Reflorar (BA). A equipe do projeto é também muito solicitada para dar apoio a outras Ongs, a outros projetos, a prefeituras, universidades e sindicatos rurais, não tendo mãos para atender a todos. Outra solicitação constante, que também ocorreu com a Avidepa (ES), é a de receber estagiários, cuja passagem pelos projetos contribui para formar uma “rede” de propagadores da idéia.

7

7. Pensando para a Frente: A sustentabilidade de processos e resultados



Algumas reflexões podem ser feitas a partir da avaliação dos doze projetos, pensando na questão da sustentabilidade. Uma delas é sobre o papel primordial da organização das famílias e das comunidades envolvidas – quanto mais forte, mais estruturada for essa organização, maior é a possibilidade de que os resultados se sustentem depois do fim do projeto.

Outro fator importante refere-se à incorporação, pelas pessoas envolvidas, do aprendizado que a experiência proporcionou. Um processo profundo de aprendizado significa mudança de valores e de conceitos, enfim, mudança de paradigma. Esse convencimento é o grande fator de mudança e de garantia de que o produtor vai seguir com os novos conceitos assimilados. Dessa forma, novas práticas passam a fazer parte da vida cotidiana das pessoas, em seu modo de operar com a natureza; e isso é algo que independe da obtenção de novos financiamentos.

Um primeiro caminho indicado para garantir a sustentabilidade dos resultados e até dos processos costuma ser o de se tentar transformar as experiências demonstrativas em políticas públicas, ou influenciar essas políticas de maneira a que incorporem elementos das experiências. Esse é um caminho, que apesar de possibilitar alguma continuidade das propostas, apresenta riscos conjunturais fortes. Esse tema é aprofundado no capítulo sobre políticas públicas.

Para que as influências dos projetos sobre políticas públicas possam perdurar, ou mesmo possam ocorrer, é necessário ter uma boa base de organização. O capital social constitui fator preponderante nesse cenário – a capacidade dos grupos, comunidades e organizações de pressionar o poder público e de fazer valer as lições aprendidas. Quando o entorno político é favorável, pode-se esperar que as experiências dos projetos sejam incorporadas e ampliadas; caso contrário, o esforço do projeto não é suficiente, por maior que seja. Pode-se também trabalhar no sentido de melhorar o entorno, de torná-lo mais favorável. E quando há envolvimento dos projetos com os movimentos sociais, instituições e organizações locais esses esforços tornam-se mais relevantes.

Há questões econômicas a serem respondidas, especialmente no que se refere a projetos de reflorestamento ou de recuperação. Um deles é o custo de recuperação por hectare, que é ainda alto e subvencionado. Como tornar essa atividade sustentável economicamente? A implantação de SAF se apresenta como alternativa, mas isso resolve apenas parcialmente a questão.

Algumas experiências demonstram que

é possível usar a captação de recursos internacionais para subvencionar reflorestamento na Mata Atlântica e que há parceiros internacionais dispostos a financiar tais propostas. Finalmente, há necessidade de instrumentos econômicos de valoração e incentivos que realmente tornem a atividade atraente para o produtor.

A demonstração concreta da possibilidade de se recuperar áreas a partir do reflorestamento é fundamental e pode servir como estímulo para que os proprietários utilizem a regeneração natural, especialmente nas APPs, como estratégia barata de recuperação e de cumprimento da lei ambiental.

Enfim, nunca é demais lembrar que, na maioria dos casos estudados, o projeto, para os grupos e organizações envolvidos, é uma entre várias iniciativas que estes desenvolvem. A vida continua e é bem mais ampla do que as atividades previstas no plano de trabalho. As famílias traçam suas estratégias de sobrevivência, nas quais o projeto apoiado pelo PDA é mais um elemento, nem sempre o principal. Observar os projetos em seus contextos e nos planos de vida dessas comunidades ajuda a entender sua função numa aposta de sustentabilidade que vai muito além dos limites de três ou seis anos de financiamento de uma experiência.

Organização e articulação: a base que sustenta

Na região do projeto Reflorar (BA), os cinco STRs envolvidos preocupam-se com a perspectiva de término do financiamento do PDA. Embora o Reflorar já tenha conseguido novos recursos (o apoio da Chesf para ampliação da proposta de reflores-



tamento de parte do litoral norte baiano) e deva seguir tentando ampliar seus parceiros financeiros, a melhor estratégia para a equipe do projeto é a que considera que os STRs podem assumir um papel mais ativo na continuidade da proposta, passando a ser, eles mesmos, proponentes de novos projetos nessa linha de reflorestamento. Os STRs começam a entender isso e pedem assessoria ao Reflorar/Gambá.

No projeto da SPVS (PR), a partir das lições aprendidas, há um esforço de apoiar a organização e a participação informada das comunidades. A instituição procura fortalecer a associação que foi criada e está utilizando instrumentos e metodologias participativas de capacitação, diagnóstico e planejamento, sobretudo tendo em vista o novo projeto de seqüestro de carbono que deverá ser implantado na região.

Os produtores de erva-mate envolvidos no projeto da AS-PTA (PR) tornaram-se multiplicadores em manejo de erva-mate, em SAF e em medicina alternativa e já estão

capacitando outras pessoas. Aprenderam também a questionar políticas públicas estaduais e municipais que contribuem para a degradação do meio ambiente e para o empobrecimento das famílias. O projeto formou agricultores e agricultoras que são, por sua vez, educadores e formadores de opinião.

Observou-se nesse projeto que o processo avançou mais nas comunidades mais coesas. A alta coesão dos grupos comunitários é um fator que facilita a continuidade do processo. Os dias de campo e manejo de SAFs são atividades que continuam. As Unidades Demonstrativas recebem constantemente visitas de agricultores e técnicos interessados em conhecer o projeto. No plano da medicina alternativa, novos agentes estão sendo formados e o atendimento ao público aumenta. Para a comercialização da erva-mate, foi criada uma associação que este ano começará a vender o produto com o selo Ecovida.

No Mandira (SP), a Associação Reserva Extrativista do Bairro Mandira e a Cooperativa dos Coletores de Ostras de Cananéia são as estruturas organizativas da comunidade que se fortaleceram. Prova disso é o reconhecimento público, com a conquista do Prêmio internacional Iniciativa Equatorial. A comunidade conta com mais de uma liderança, o que é um bom signo para o futuro das organizações comunitárias; e esse amadurecimento organizacional forma uma base para que a aventura da exploração sustentável da área, gerando renda e respeitando o meio ambiente, continue.

Os guarani (SP) estão executando todas as etapas do projeto – definem e agendam as atividades, compram os materiais, são responsáveis pela coleta de imagens em vídeo e pela definição dos materiais de divulgação, fazem levantamento de preços e entrega das prestações de conta ao Banco do Brasil. Para isso, a comunidade se organizou segundo sua forma tradicional, com reuniões convocadas pelo cacique e definições feitas no debate entre todos, com a criação de grupos específicos por atividade. Também firmaram um acordo de parceria com a prefeitura municipal para produção de materiais e divulgação do projeto junto às municipalidades vizinhas.

No projeto do Centro Ecológico (RS) foi criado um Comitê Gestor, integrado por todas as associações participantes mais o Centro Ecológico, proponente do projeto, que resultou em fortalecimento do processo organizativo dos agricultores ecologistas da região. O projeto mantém intercâmbio com três outros projetos PDA em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O Centro Ecológico desenvolve há mais de uma década traba-

lho de apoio à organização de produtores ecologistas e de formação de associações, tendo conseguido grande reconhecimento entre agricultores familiares e movimentos sociais.

Além de ser um dos principais parceiros na formulação e implementação das políticas do atual governo do estado para a área rural, o Centro Ecológico é um dos articuladores de três redes que reúnem entidades não-governamentais de assessoria e de agricultores(as) familiares: a Rede Tecnologias Alternativas-Sul, a Rede Solidária de Produção e Circulação de Produtos Ecológicos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e Sul de Santa Catarina e a Rede Biodiversidade. Também coordena a Rede Sementes da Região Sul. No campo da política ambiental gaúcha, o Centro Ecológico participa de uma Câmara Técnica ligada à Secretaria do Meio Ambiente, responsável por analisar a legislação estadual para o setor. O Centro Ecológico também participa do Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que se sobrepõe parcialmente à área de atuação da entidade no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, a falta de continuidade e a reversão mesmo dos processos vividos ao longo do projeto da Avidepa (ES) deixam margem a algumas considerações. Uma é que as mudanças políticas no estado podem interromper ou mesmo reverter processos que estavam estabelecidos com base em alianças conjunturais. Outra é que o isolamento da organização “dona” do projeto não cria nenhuma base social para reivindicação da proposta, mesmo quando a situação política torna-se adversa. Houve uma interessante experiência de gestão de um parque estadual por uma Ong e uma

boa negociação com a empresa privada responsável pela Rodovia do Sol, obrigando-a a várias ações de compensação ambiental. No entanto, tudo isso ruiu com a mudança política e com a falta de base social da Avidepa, inclusive junto a outras Ongs locais.

Na região de Aimorés-MG, onde está o Instituto Terra, alguns produtores começam a se sensibilizar com a possibilidade de alternativas de diversificação e demonstram interesse na continuidade da cooperação. O Instituto tem apoiado a formação de uma associação comunitária, por entender que é preciso criar esse tipo de base social.

Em Santa Catarina, o projeto da Apremavi também aposta na organização dos produtores. Decorrentes das atividades do projeto foram criadas três novas associações: Agroecológica, de Pousadas, e Semente do Futuro. A coordenação e a equipe técnica do projeto têm a função de formar multiplicadores de informações e metodologias de enriquecimento de florestas, e o fazem por meio de dias de campo, reunindo de 30 a 40 agricultores por vez.

As mulheres organizadas no MMTR (RS) têm desenvolvido uma forte rede de parcerias com instituições governamentais e não governamentais, que se manifesta em apoios concretos, como equipamentos, viabilização de cursos e assessoria técnica. O MMTR trabalha fortemente na linha de cursos, reuniões e encontros e um dos resultados é o número de proprietários rurais que disponibilizam parte de seus terrenos para a implementação de módulos demonstrativos.

A já sólida organização do quilombo de Ivaporunduva (SP) propicia um comprometimento total com os objetivos do projeto. A perspecti-

va para a comunidade é seguir em seu plano de vida, do qual o projeto é uma parte.

Na região de Simonésia (MG), o trabalho participativo tem gerado formas de organização nas comunidades para responder às demandas identificadas no DRP – criação das comissões de estradas, educação, saúde e terra fraca. O envolvimento dos produtores na monitoria técnica de resultados do projeto da Biodiversitas permite inferir que está havendo um processo formativo profundo e que essas novas práticas devem permanecer. O projeto também aposta na rede de parcerias e na organização das comunidades locais, trabalhando em estreita colaboração com o STR e com a Associação dos Amigos Protetores das Matas de Simonésia.

Sustentabilidade econômica

Uma questão recorrente a todos os projetos é a de como manter as atividades, que no momento recebem subsídios após o término do projeto. Alguns caminhos apontados para isso:

As organizações buscam novos financiamentos, ampliando parcerias e frentes de trabalho – novos projetos ou ampliação de objetivos e de metas. Exemplos: o projeto Mandira (SP), o Reflorar (BA), o da SPVS (PR) e o do Instituto Terra (MG), este último com fortíssimo trabalho de captação de recursos e impressionante volume de parcerias nacionais e internacionais.

Outro caminho para a sustentabilidade consiste em desenvolver atividades do próprio projeto que resultem em ingresso de recursos, de forma a manter o processo

desencadeado pelo projeto. É o caso do empreendimento do bairro Mandira (SP), onde as parcerias técnicas devem continuar atuando para que os futuros custos recorrentes sejam arcados pelos produtores por meio de sua cooperativa. Na Apremavi (SC), 40% dos recursos necessários à sua operacionalização advêm da venda de mudas.

É interessante observar os custos das atividades de reflorestamento ou recuperação apresentados por diferentes projetos.

O Instituto Terra (MG) apresenta um custo médio de 312 hora/homem/hectare para implantação e manutenção em áreas com forte incidência de aroeira; e de 209 h/H/ha para áreas de braquiária.

O custo médio de uma Unidade Demonstrativa do projeto da AS-PTA (PR) é de 327 dólares. Como uma UD tem em média 400 plantas de erva-mate, que produzem em torno de 50 kg a cada dois anos, a R\$0,25 o

quilo, cada UD teria uma renda de R\$2.500/ano, o que supera de longe o custo de implantação.

O Reflorar (BA) calcula um custo médio de implantação e manutenção de área reflorestada, com cuidados expressivos nos dois primeiros anos, de R\$2.500 por hectare. Esse custo inclui plantio, cerca, adubação orgânica, tratamentos culturais. Embora ainda seja um custo alto para o pequeno produtor, é bem menor que os preços praticados por empresas de reflorestamento.

Uma dificuldade óbvia é valorar a relação custo/benefício de projetos de recuperação, em que não há preocupação produtiva direta, mas simplesmente a recomposição da floresta (ou da restinga, no caso da Avidepa, no Espírito Santo). Quanto vale um hectare de biodiversidade? E de beleza paisagística?

8

Aprender Encurta o Caminho: Lições



Em todas as partes deste estudo encontram-se lições aprendidas pelos projetos em sua prática cotidiana. Lições que servem aos próprios projetos, aos produtores, às comunidades envolvidas, ao estado em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal) e a instituições diretamente vinculadas ao PDA e aos financiadores/doadores.

Embora algumas das lições que destacaremos neste capítulo já tenham sido objeto de maior aprofundamento em alguma outra parte deste estudo, trataremos de dar aqui uma visão geral. Categorizamos as lições em grupos temáticos.

De olho nos benefícios

- Alguns projetos iniciaram suas propostas centrados apenas no aspecto de recuperação e preservação ambiental. Com a experiência acumulada aprenderam que essas propostas são mais bem aceitas quando estão atreladas à oferta de alternativas econômicas aos beneficiários.

Por exemplo, o custo de implantação e de manutenção de SAFs tem sido mais facilmente assimilado pelos produtores que o do reflorestamento sem uma preocupação econômica imediata. Tratando-se de reflorestamento, é importante haver projetos produtivos que complementem a estratégia de recuperação ambiental e, melhor ainda, quando as comunidades, grupos ou entidades representativas são proponentes desses projetos complementares.

- Os projetos aprenderam, em suas estratégias de implantação e de difusão, que benefícios visíveis funcionam como forte elemento motivador. Nesse sentido, ter áreas já implantadas que funcionem como demonstrativas torna-se fundamental – os benefícios e o cálculo econômico de aumento de ingressos ou de diminuição de custos de produção ganham a confiança do produtor e podem atrair novos interessados, como demonstram os exemplos da AS-PTA (PR), Reflorar (BA) e Apremavi (SC).
- Muitos projetos conseguiram avançar quando houve diminuição nos custos de produção, que funciona efetivamente como elemento motivador. Uma lição para o desenho de projetos que se baseiam no convencimento do produtor: é importante que a proposta técnica sempre se preocupe com a diminuição dos custos de produção. Por exemplo, observou-se, pelos dados do monitoramento participativo feito pelos produtores no projeto da Biodiversitas, que a introdução de práticas agroecológicas nas culturas de café reduz sensivelmente a mão-de-obra dos agricultores, e isso é um dos fatores de êxito da proposta.

Aspectos técnicos e produtivos

- Os resultados concretos dos projetos levam a algumas constatações por parte dos produtores envolvidos, do tipo: o pasto não é a melhor utilização da terra naquela região; o volume e a qualidade da água dependem da presença das árvores; o reflorestamento, o SAF ou os métodos orgânicos melhoram as condições do solo; é possível produzir sem agredir o meio ambiente (banana, café...); a prática de cobertura permanente do solo e a regeneração de espécies florestais melhoram a ciclagem da água no ecossistema; o sombreamento dos bananais, com a introdução de outras espécies, não prejudica sua qualidade.
- Uma lição aprendida é que a agroecologia apresenta resultados interessantes para a pequena produção rural a curto, médio e longo prazos. Para o PDA, isso também serve de norteador. O programa deve incorporar mais e melhor a agroecologia em suas estratégias e avançar em sistematizações de experiências que trabalham com esse método. Uma conclusão do projeto da Biodiversitas, por exemplo, é que a transformação da monocultura de café com práticas agroecológicas é viável e traz benefícios em curto prazo.
- Outro aprendizado refere-se à importância de esclarecer o produtor sobre as vantagens e desvantagens da passagem do sistema de produção convencional para o orgânico. Isso pode significar menor custo de produção, mas carregar o risco de reduzir a produtividade, como ocorre com os bananais no projeto de Ivaporunduva (SP).

- O uso racional dos recursos florestais aponta um incremento volumétrico significativo em relação a fragmentos florestais não enriquecidos. Exemplo, entre outros, da Apremavi (SC).
- A recuperação de restinga apresenta resultados interessantes no litoral sul do Espírito Santo; esses resultados e a metodologia de recuperação devem ser sistematizados e divulgados. O PDA deve exigir dos parceiros mais efetividade nas sistematizações de informação e na difusão das experiências, sobretudo quando fazem parte da proposta do projeto.

Organização, articulação e financiamento

- Movimentos organizados que tenham capilaridade e a confiança dos produtores, como os sindicatos de trabalhadores rurais ou o MMTR, constituem excelentes parceiros. A disseminação dos objetivos do PDA e dos projetos apresenta maior eficiência, efetividade e eficácia quando os realizadores são ou trabalham diretamente e de forma orgânica com os movimentos sociais.
- Por outro lado, os movimentos populares e suas entidades representativas, como os STRs, devem ser mais propositivos, apresentando novos projetos complementares e tomando a si a responsabilidade pela continuidade das propostas. Com isso, conseguem avançar além do impulso inicial proporcionado, muitas vezes, por organizações de assessoria e apoio ou por Ongs ambientalistas. No caso do Reflorar (BA), foi um grande salto de consciência para os STRs quando perceberam que podiam ser, de fato, proponentes de iniciativas que dessem continuidade ao

trabalho de reflorestamento e recuperação ambiental iniciado pelo Gambá. No entanto, a fragilidade das pequenas Ongs locais para captação de recursos dificulta a execução de novas propostas complementares que surgem ao longo da execução dos projetos.

- A efetivação de parcerias é fundamental para o sucesso das iniciativas; no entanto, é bom precisar o que significam essas parcerias. Algumas vezes, os produtores envolvidos são chamados parceiros; outras vezes, os parceiros são as instituições de assessoria técnica ou os co-financiadores. Para o bom funcionamento de uma parceria, não basta a sua formalização, mas o real comprometimento dos envolvidos com a proposta.
- O nível de organização dos produtores vai se refletir no melhor ou pior desempenho dos projetos. Um dos indicadores é justamente a qualidade das parcerias que o grupo consegue alavancar e manter. Quando a organização é fraca ou inexistente, há que se investir primordialmente nesse aspecto. Não há como avançar em experiências do tipo PDA sem investir no fortalecimento das organizações. Se estas não se fortalecem, ou se as articulações não são sólidas e amplas o suficiente, a iniciativa se debilita e tende a morrer com o fim do financiamento ou com as mudanças políticas no entorno.
- A colaboração das prefeituras, quando existe, é sempre um fator importante (Biodiversitas/MG).
- Mesmo que o PDA não represente uma fonte maior de recursos para reflorestamento, pode servir para dar início ao

projeto e qualificá-lo para acessar outros financiamentos (exemplos: Instituto Terra, Avidepa).

- Projetos de reflorestamento em áreas particulares são viáveis e têm grande potencial para atrair financiamento. O melhor exemplo disso vem do Instituto Terra, em Minas Gerais. Municípios e empresas podem ser envolvidos em projetos de reflorestamento; e existem boas perspectivas para a captação de recursos internacionais destinadas a iniciativas na Mata Atlântica.

Educação, informação, valores e mudança cultural

- Medidas coercitivas combinadas a ações de educação realmente fazem diminuir os crimes ambientais, haja vista o exemplo do Reflorar (BA).
- Para que a legislação ambiental não seja percebida pelas instituições proponentes, pelos executores e pelos agricultores familiares como um fator restritivo à liberdade individual, mas como um conjunto de regras que viabilizam um melhor uso dos recursos naturais e a melhoria da sua qualidade de vida, é necessário trabalhar com estratégias de informação social e culturalmente adequadas ao público-alvo e com disponibilização de insumos técnicos e financeiros compatíveis, que tornem operacionalizável a transição tecnológica. Isso é o que alguns projetos demonstram: o da Apremavi (SC), o da AS-PTA (PR), o do Reflorar (BA) e o da Biodiversitas (MG).
- O acesso à informação efetivamente potencializa mudanças de postura e aquisição de valores. Por isso, é importante fornecer aos agricultores informações sobre as áreas de reserva legal e de preservação

permanente e incorporar o cumprimento das leis no planejamento das ações nas propriedades, de forma que o produtor perceba, na prática, as vantagens. A disseminação de conhecimentos práticos sobre o manejo sustentável dos recursos florestais, e de como incorporá-los ao sistema de produção da pequena propriedade rural, inclusive como fonte de renda, é fundamental para a viabilização e consolidação de projetos com agricultores familiares.

- Nas práticas educativas, a combinação entre cursos teóricos e práticas concretas tem um efeito muito maior. E fica acentuada a importância do trabalho de educação ambiental nos projetos, entendido de forma ampla – cursos, intercâmbios, produção de materiais de difusão e de educação, enfim, um trabalho de convencimento das populações diretamente envolvidas e do entorno. Quando o entorno é trabalhado com metodologias específicas – como o caso dos cursos para policiais na área do Reflorar/BA, ou nos cursos para formadores de opinião promovidos pelo Instituto Terra, em Minas Gerais – a proposta ganha em possibilidades de sucesso, de continuidade e de ampliação.
- Projetos de reflorestamento em áreas degradadas geram simpatia popular (Avidepa/ES, Reflorar/BA, Instituto Terra/MG) e a introdução de práticas agroecológicas traz mudanças amplas de visão, como referido nos projetos da AS-PTA (PR), do MMTR (RS), da Biodiversitas (MG) e de Ivaporunduva/SP. Os produtores gostam das árvores e desenvolvem uma nova abordagem não só da agricultura, mas também do meio ambiente. E essa



nova maneira de conviver com a natureza é o maior ganho e a melhor garantia de sustentabilidade da proposta, ao longo da vida da família.

- Por outro lado, uma reflexão que faz o Reflorar (BA) é de que a proposta de reflorestamento encontra uma dificuldade de ordem cultural, de mentalidade, já que na região a terra desmatada e plantada com pasto tem, simbolicamente, mais valor que a terra com mata. A mata é considerada “mato”, nada; e o pasto é considerado benfeitoria. Para mudar essa mentalidade – que não se sustenta em indicadores econômicos, já que está demonstrado a baixa rentabilidade da pecuária nessas condições, e estudos comparativos mostram claramente a desvantagem desse modelo em relação ao da diversificação – é necessário um trabalho amplo, que inclui, como um elemento central, investimento em educação ambiental.

Políticas públicas e atuação do Estado

- O projeto, por si, não é suficiente para influenciar em escala mais ampla; depende, para isso, de uma abertura no lado governamental. Embora a formação de parcerias seja uma estratégia importante, essas – mesmo quando sólidas – não são suficientes para influenciar políticas públicas além do nível local. Nos exemplos estudados, trabalhar com prefeituras (nível municipal) é mais fácil, mais concreto e mais viável que trabalhar com estados (nível estadual). Além disso, em cada instituição parceira a chave está em encontrar pessoas certas, com motivação pessoal.
- A falta de políticas públicas que dêem sustentação e continuidade à proposta dos projetos pode significar perda de recursos e de tempo, gerando descrença e desgaste na sociedade. Como colocam claramente os responsáveis pelo projeto da AS-PTA (PR), embora sua proposta seja

sustentável economicamente do ponto de vista do sistema de produção, é necessário apoio e incentivo governamental para financiar e difundir as técnicas de manejo.

- Por outro lado, onde os projetos tipo PDA já criaram uma nova mentalidade e acumularam resultados concretos, fica mais difícil que os projetos de desenvolvimento municipal continuem ignorando ou contradizendo os critérios ambientais.
- Os projetos podem funcionar como elementos propulsores para agilizar processos de regularização fundiária.
- O trabalho com comunidades no entorno de uma UC tem maiores chances de sucesso quando incorpora as atividades econômicas principais dessas comunidades. É possível transformar comunidades em aliadas e parceiras das UCs.
- A falta de instrumentos econômicos de valoração ou de incentivo à atividade de reflorestamento é um grande empecilho à ampliação das propostas. A dedução que pode ser feita do ITR é algo tão insignificante que não chega a representar nenhum estímulo.
- As estratégias que os projetos têm usado para influenciar políticas públicas – parcerias com órgãos públicos, formação de opinião, participação em fóruns e espaços de decisão, apresentação de resultados demonstrativos e de propostas concretas ao poder público – muitas vezes dependem de um tempo maior para demonstrarem sua eficácia, já que se trata de formação de opinião, fortalecimento político e capacidade de pressão.

Participação e gestão

- Um dos aspectos observados é que, onde há participação, os modelos técnicos desenvolvidos tendem a ser econômica e socialmente mais apropriados à realidade das famílias envolvidas. Portanto, é imprescindível a mobilização e o envolvimento das comunidades desde a concepção, o diagnóstico e o planejamento dos projetos.
- Quando se envolvem com empreendimentos econômicos, as comunidades tendem a escolher entre dois caminhos: capacitar-se e ter domínio sobre o funcionamento do processo produtivo como um todo, da produção à carteira de clientes, ou contratar profissionais externos para o trabalho gerencial. No caso do projeto Mandira, só depois que a associação e a cooperativa tiraram o gerente contratado e tomaram a si o trabalho é que a iniciativa foi para a frente. No entanto, não se deve generalizar essa solução. Pode ser que o caminho do meio se mostre mais eficaz: contratar pessoas especializadas, sim, mas também procurar capacitar-se; monitorar todo o processo, como forma de fiscalizar mas também de aprender; e procurar contratar pessoas com algum nível mais profundo de comprometimento com a proposta coletiva.
- A gestão de um projeto pode significar, para grupos e comunidades que o fazem pela primeira vez, uma grande oportunidade de aprendizado em gerência e o reconhecimento da própria capacidade. Caso, por exemplo, do projeto guarani.
- A participação dos beneficiários na gestão do projeto é fundamental para que

- ele seja efetivamente incorporado em seu imaginário e em sua prática cotidiana de manejo dos recursos naturais. Afinal, é por meio dessa participação direta que se dá a apropriação da proposta pelos envolvidos, os quais saem da condição de meros beneficiários para ser os promotores/ executores/donos da iniciativa.
- A abordagem participativa desde o início, desde o diagnóstico, é a metodologia mais acertada. No entanto, pode gerar alguma frustração, uma vez que os instrumentos participativos, tipo DRP, podem levar a um amplo espectro de demandas identificadas. Essas demandas quase nunca podem ser todas absorvidas pelo projeto, que atua apenas em uma parte da realidade, mas que é, naquele momento, o fator mais estruturado e com maiores capacidades de articulação e de organização. Por isso, é importante pensar em processos e não somente em projetos pontuais, quando se trata de intervenções com comunidades.
 - O monitoramento participativo é uma peça-chave para o envolvimento dos produtores e para medir os resultados dos projetos. Já se têm metodologias participativas comprovadamente eficientes para diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação – como demonstram os projetos da Biodiversitas (MG) e da AS-PTA (PR).
 - É fundamental a participação de grupos sociais organizados no desenvolvimento dos trabalhos, para que haja uma base real para a continuidade das ações ou sustentabilidade dos resultados, como fica evidente nos projetos estudados.

Assistência Técnica

- A assistência técnica permanente, acompanhando passo a passo a implantação do projeto, aumenta não só suas chances de sucesso como promove uma maior interação técnico/agricultor, melhorando a relação entre ambos e aumentando a credibilidade do técnico e da instituição – ver, por exemplo, os dois projetos do Paraná analisados neste estudo.
- A metodologia de incorporar princípios teóricos à medida que a prática avança constitui processo motivador e revitalizador da coesão sócio-cultural do grupo. Além disso, possibilita a expressão do conhecimento local. O uso desse tipo de metodologia (o “mutirão-escola” da AS-PTA) resulta em agricultores experimentadores com segurança técnica e profundidade conceitual.
- Parcerias técnicas com comprometimento real podem ser soluções mais efetivas que a contratação de técnicos pelos proponentes dos projetos. Porém, o comprometimento das instituições parceiras só se materializa no efetivo compromisso das pessoas, dos técnicos envolvidos. É evidente a dificuldade de trabalhar com órgãos públicos, como a Emater e o IEF na parceria com a Biodiversitas, em Minas Gerais. Pode ser que a dificuldade dos técnicos dessas instituições em adotar posturas e práticas mais participativas e condizentes com os parâmetros ambientais derive não apenas de um problema de vontade política, mas de uma questão de mentalidade - uma cultura arraigada, na qual não cabem esses parâmetros. Nesses casos, a assistência técnica, objeto das parcerias, não ocorre de forma eficiente.

- Por outro lado, quando os técnicos – contratados pelos projetos, ou das instituições de apoio - conhecem bem a realidade social e cultural da população com que trabalham, e têm respeito por elas, o planejamento participativo pode realmente funcionar. Não se trata apenas da aplicação pura e simples de metodologias ditas participativas, mas da postura dos técnicos envolvidos (caso guarani é bem claro).

Organizações de mulheres

- Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais têm um grande potencial para contribuir com os objetivos do PDA, especialmente quando estes aparecem articulados com a melhoria da qualidade de vida das populações locais nos campos da alimentação e da saúde familiar e comunitária.

Relação inicial com o pequeno produtor

- Há uma desconfiança típica e natural dos pequenos proprietários em assinar qualquer papel que “comprometa” sua propriedade; há um certo temor de perder a área reflorestada ou a liberdade de explorá-la. É importante considerar esse temor, inicial e típico, ao propor ao pequeno produtor fazer reflorestamento.

Alguns aprendizados diretos para o PDA e para financiadores

- Os projetos financiados, em geral, têm um determinado papel dentro de processos maiores. É muito importante não perder de vista que, em trabalhos com comunidades, e sobretudo com comunidades tradicionais e indígenas, os processos são longos e os projetos agem apenas como catalisadores da ação em determinados

momentos. É fundamental pensar na perspectiva de processos, mais além do horizonte dos projetos.

- As propostas dos projetos, que são parte de processos maiores, necessitam tempo para maturação. Esse tempo em geral não coincide com o tempo do financiamento. É importante, para as agências financiadoras, perceber a real necessidade de tempo para maturação das experiências e compreender o papel dos projetos nessa evolução.
- Seria interessante que o PDA – e outras agências financiadoras – procurassem inserir em seus manuais operacionais alguns indicadores sobre os pontos que tornaram exitosos os projetos estudados (aqueles aspectos que se podem generalizar e, obviamente, que se podem transformar em indicadores). Esta seria a forma de levar os proponentes a lidar, desde o momento de elaboração da proposta, com questões relevantes que podem influenciar positivamente no sucesso das iniciativas e fornecer subsídios para a formulação de políticas.
- É importante que grupos e organizações com pequena capacidade acumulada em gestão de projetos possam adquirir, com pequenos projetos, essa experiência. Essas janelinhas que abrem oportunidades para os que estão iniciando fortalecem sua auto-estima e a confiança para se lançarem em experiências mais desafiadoras e abrangentes.
- O conjunto de projetos representa uma riqueza metodológica – em termos de metodologias participativas de planejamento, monitoria e avaliação – que pode ser objeto de sistematização por parte do PDA.



Roteiro para apresentação do relatório

1. Apresentação

- Nome da Instituição Proponente/Executora
- Título do projeto
- Local da implementação do projeto (comunidade, município, estado)
- Nome do Consultor
- Período da Visita
- Condições de realização da visita
- Métodos e instrumentos utilizados para levantamento das informações
- Pessoas ou grupos sociais ouvidos, entrevistados e visitados pelo consultor
- Data do Relatório
- Descrição da Entidade visitada, do projeto e do contexto, incluindo caracterização ambiental e sócio-econômica (equipamentos, infra-estrutura, etc.)

2. Espelho do projeto e seus resultados

Para apresentação dos objetivos, atividades, resultados e outras informações ou avaliações relevantes, o consultor deverá fazer uso do quadro abaixo, onde estão incluídos os seguintes itens:

1. Problema identificado que gerou a iniciativa de Projeto (Contexto e Justificativa)
2. Objetivo geral do Projeto
3. Objetivos específicos
4. Atividades programadas por objetivo específico
5. Atividades realizadas por objetivo específico – a análise documental prévia a ida ao campo é fundamental, visto que vários projetos reviram suas programações iniciais em decorrência de: planejamentos mal preparados ou fatores imponderáveis; início de fato diferente daquele previsto no projeto; super ou sub orçamentação; sobras de recursos decorrente de mudanças cambiais (o que permitiu em vários casos ampliar o antes previsto) etc.
6. Resultados alcançados por objetivo específico e atividades relacionadas
7. Observações outras

ESPELHO DO PROJETO E SEUS RESULTADOS (MODELO)

Problema identificado que gerou a iniciativa (*):				
Objetivo geral do projeto (*):				
Objetivos específicos (*)	Atividades programadas por Objetivo Específico (*)	Atividades realizadas por Objetivo Específico (*)	Resultados alcançados por Objetivo Específico	Observações
1.				
2.				
3.				
4.				

(*) Itens a serem respondidos pelo consultor com base na leitura do projeto.

3. Resumo dos dados essenciais (responder em poucas linhas, caracterizando a resposta além do sim ou não).

- a) Atividade principal do Projeto
- b) Número de famílias envolvidas e beneficiadas
- c) Tamanho da área plantada ou reflorestada em hectares
- d) Número de mudas plantadas
- e) Qual foi a contribuição do Projeto para a organização social?
- f) Houve um planejamento participativo? De que maneira?
- g) Identificar e caracterizar a participação de mulheres e jovens.
- h) Houve uma estratégia / abordagem de gênero? Como?
- i) Benefícios principais detectados
- j) Problemas principais detectados
- k) Relevância para elaboração de políticas públicas
- l) Houve transferência da experiência para:
 - políticas públicas
 - outras iniciativasCaracterizar a transferência, em caso positivo, ou, se não houve, dizer o porquê
- m) O projeto conseguiu outros financiamentos através da experiência PDA:
 - créditos
 - doação
 - outros
- n) Houve retorno econômico para os produtores? Caracterizar
- o) Percentagem das metas atingidas

4. Roteiro de questões a serem avaliadas

a) Gestão e aspectos institucionais

1. Fazer uma análise comparativa entre os propósitos do projeto e seus resultados e como esses resultados contribuíram para os objetivos constantes da proposta aprovada e para os objetivos do Subprograma PDA.

2. Identificar o que foi bem sucedido na implementação e de que forma esses elementos influenciaram o projeto.
3. Identificar o que não funcionou na implementação e de que forma esses fatores negativos influenciaram o projeto.
4. Comparar as avaliações que executores e a comunidade envolvida têm do projeto e das formas de participação.
5. Verificar se a comunidade executora monitorou o projeto e se houve ajustes a partir da monitoria, inclusive mudanças de rumo no projeto.
6. De que forma o projeto contribuiu para o fortalecimento ou consolidação das instituições participantes (gestão técnica, administrativa e financeira; tomada de decisões; participação interna da equipe).
7. Contextualizar o aporte do PDA dentro da experiência, tentando preencher os seguintes campos:

Período	Custo total do projeto		Aporte do PDA
	Aportes recebidos	Contrapartida	

b) Aspectos ambientais

1. Identificar possíveis ameaças internas e externas à saúde dos ecossistemas nos locais de implementação do projeto e suas causas; que atividades representam essas ameaças; e o que foi feito pelo projeto para contê-las.
2. Verificar se houve mudança de percepção e de atitude dos participantes do projeto em relação às ameaças aos ecossistemas nos locais de implementação do projeto.
3. Verificar se o projeto está localizado em área de influência de Unidade de Conservação e como se relaciona com a mesma.
4. Verificar se os executores do projeto conhecem a legislação ambiental.
5. Verificar se os executores observam as áreas de preservação permanente e reservas legais.
6. Comparar número de unidades demonstrativas realmente mantidas pelos produtores com o número indicado na proposta inicial do projeto (explicar os casos de aumento ou declínio).
7. Verificar em que medida o projeto promoveu a diversificação e a adequação das combinações das espécies, seus limites e potencialidades agronômicas, interações ecológicas (manejo de fauna etc.).

8. Verificar o desempenho do projeto nas técnicas de manejo de solos, recursos hídricos e recursos florestal.
9. Verificar a relação da atividade proposta com a base de recursos naturais (capacidade de suporte).
10. O método aplicado para atingir os resultados ambientais foi eficiente? Existe método menos dispendiosos para atingir esses resultados?

c) Aspectos Sociais

1. Observar as características e formas de organização dos grupos beneficiários e perspectivas de engajamento na continuidade das ações do Projeto.
2. Verificar como se dá a participação das mulheres e jovens na execução do projeto.
3. Situação fundiária das áreas de implementação do projeto.
4. Analisar a compatibilidade entre o trabalho da família nos cultivos anuais de alimentos, emprego temporário em outras atividades e assistência aos SAFs, quando for o caso.
5. Verificar o conteúdo e a frequência de assistência técnica recebida pelos beneficiários, quem prestou o serviço e a propriedade das orientações repassadas; destacar metodologias interessantes.
6. Verificar os efeitos sobre consolidação (ou não) dos grupos comunitários.
7. Verificar os impactos sobre a qualidade de vida (renda, saúde, educação, dieta, lazer).

d) Aspectos econômicos (quando for o caso)

1. Avaliar a coerência do projeto na articulação dos diferentes estágios da cadeia produtiva (plantio/produção/processamento-fornecimento-mercado).
2. Verificar como as atividades econômicas se inserem no processo de educação ambiental; e como a conscientização ambiental tem influenciado na forma de exploração dos recursos naturais.
3. Verificar se houve estudo de desenvolvimento do produto, controle de qualidade e acompanhamento técnico especializado no processo industrial.
4. Verificar a adequação das plantas das unidades de beneficiamento às metas de produção (recepção e acondicionamento de matéria-prima, armazenamento dos produtos processados, adequação de maquinaria, espaço de trabalho, higienização etc.).
5. Verificar a adequação de uso do suporte técnico-administrativo e de transporte para o funcionamento da infra-estrutura geral do Projeto.
6. Analisar a apresentação dos produtos (embalagem, logomarcas, informações sobre composição/ingredientes utilizados) e a coerência desses elementos com os mercados pretendidos.

7. Identificar se há registros dos produtos nos órgãos de vigilância sanitária, Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal do Ministério da Agricultura ou outros.
8. Averiguar se existe controle e documentação dos custos de produção e monitoramento de preços de mercado dos produtos gerados pelo Projeto.
9. Identificar as estratégias de comercialização empregadas pelo projeto e suas inserções de mercado; analisar oportunidades e dificuldades geográficas e de infra-estrutura para o escoamento da produção aos mercados consumidores desejados.
10. Identificar possíveis impactos do projeto na economia local/regional.
11. Verificar quais são os mercados consumidores dos produtos do projeto.
12. Investigar se há outras linhas de financiamento (fundo perdido, comerciais) que propiciem a continuidade das atividades do projeto e se são acessíveis.
13. Identificar se o projeto teve acesso a outras linhas de financiamento; quais e para que finalidades.
14. O sistema de produção apoiado (seja por financiamentos direto do projeto ou por assistência técnica/treinamento) é financeiramente viável para o produtor? (relação custo/benefício; lucro; financiamento através de empréstimos do mercado).
15. No caso de rentabilidade financeira do sistema de produção: se o financiamento não tivesse sido a fundo perdido, e sim através de empréstimos financeiros, haveria também rentabilidade?
16. Qual o eventual grau de subvenção necessário para tornar o sistema de produção sustentável?
17. Os futuros custos recorrentes para assegurar a continuidade da produção poderão ser arcados pelos produtores (sustentabilidade futura sem subvenções adicionais)?

e) Aspectos Específicos de SAFs (quando for o caso)

1. Identificar e caracterizar o modelo de SAF utilizado.
2. Qual é a área total implementada pelo projeto?
3. Qual é a área média por propriedade?
4. Identificar as funções principais do SAF utilizado na estratégia do projeto e do produtor (recuperação de solos, renda, alimentação, preservação de nascentes)
5. Identificar as interações dos SAFs com as demais atividades desenvolvidas na propriedade.
6. Identificar a satisfação dos participantes do projeto em relação a custo/benefício no emprego de mão-de-obra na implementação de SAFs.

f) Relações Interinstitucionais e Políticas Públicas

1. Identificar se executores e proponentes fizeram parcerias com entidades locais e/ou regionais por ocasião da execução do projeto e se essas parcerias continuam ativas após a conclusão do projeto.
2. Verificar se existem outras parcerias institucionais e financeiras.
3. Verificar se o projeto influenciou alguma política pública em âmbitos local e regional.
4. Verificar se o projeto oferece exemplos ou lições que podem ser usadas nas políticas públicas.
5. Verificar se projeto teve acesso a outros financiamentos ou créditos.
6. Averiguar se o projeto se relaciona com outras iniciativas de educação ambiental. E em que âmbito.
7. Verificar se o projeto mantém intercâmbio com outros projetos.
8. Verificar a natureza e efetividade da assistência técnica prestada aos beneficiários.
9. Verificar se existem relações com redes.

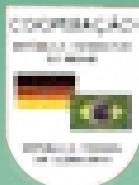
g) Lições Aprendidas e Disseminação

1. Identificar as lições que esses grupos já aprenderam e de que forma foram apropriadas pelos participantes do projeto.
2. Verificar se outras comunidades no entorno do projeto demonstraram interesse em desenvolver atividades semelhantes ao projeto e se se pode referir a isso como efeito multiplicador.
3. Identificar que atividades do projeto continuam sendo realizadas após sua conclusão e suas perspectivas de continuidade.
4. Verificar as estratégias de difusão de resultados e metodologias utilizadas no projeto.
5. Identificar a estratégia de educação ambiental adotada no projeto.



SUBPROGRAMA PROJETOS DEMONSTRATIVOS

Setor Comercial Sul
Quadra 6 - Bloco A - Ed. Sofia
2º Andar
Cep 70.300-500
Brasília - DF
Fone: 61.325-5224
Fax: 61.223-0763
E-mail: pda@mma.gov.br



Ministério do Meio Ambi-



Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
Postfach 101553, D-53115 Bonn, Germany

